

Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

Aos dezassete dias do mês de julho de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Maria João Santos Roldão Gomes;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 9 horas e 35 minutos, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 15, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 3 DE JULHO DE 2014
3. REQ. N. 799/14, DATADO DE 30/05/2014 – PC N.º 186/14, DATADO DE 30/05/2014 – VANGEST - ENGENHARIA FINANCEIRA E GESTÃO, S.A
4. REQ. N. 857/14, DATADO DE 09/06/2014 – PC N.º 197/14, DATADO DE 09/06/2014 – HEVIPOL - PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA, S.A
5. REQ. N. 989/14, DATADO DE 02/07/2014 – PC N.º 431/13, DATADO DE 14/11/2013 – MÁRIO SILVA

6. REQ. N. 1001/14, DATADO DE 03/07/2014 – PC N.º 176/14, DATADO DE 21/05/2014
– TELMO JOSÉ BOM DUARTE
7. REQ. N. 2000/13, DATADO DE 06/12/2013 – PC N.º 379/13, DATADO DE
15/10/2013 – RUI MANUEL PIRES DE BRITO ELVAS
8. REQ. N. 917/14, DATADO DE 18/06/2014 – PC N.º 179/14, DATADO DE 23/05/2014
– F.M.P.S. FABRICAÇÃO DE MOLDES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LDA
9. REQ. N. 992/13, DATADO DE 02/07/2013 – PC N.º 73/09, DATADO DE
21/04/2009 – EMANUEL GASPAR ALVES
10. REQ. N. 984/14, DATADO DE 01/07/2014 – PC N.º 235/14, DATADO DE 01/07/2014
– BOLLINGHAUS STEEL S.A.
11. REQ. N. 862/14, DATADO DE 11/06/2014 – PC N.º 365/13, DATADO DE 04/10/2013
– CHAINS OF FUN - BAR, LDA
12. REQ. N. 965/14, DATADO DE 26/06/2014 – PC N.º 09/99, DATADO DE
06/01/1999 – CIVILCONSTRÓI – CONSTRUÇÕES LDA. E URBIFIX – SOCIEDADE
DE INVESTIMENTO E CONSTRUÇÃO IMOBILIÁRIAS, LDA.
13. REQ. N. 1054/14, DATADO DE 11/07/2014 – PC N.º 88/13, DATADO DE 08/04/2013
– IMOPLASTIC - INDÚSTRIA DE MOLDES E PLÁSTICOS, LDA.
14. REQ. N. 1505/09, DATADO DE 08/06/2008 – PC N.º 129/09, DATADO DE
08/06/2009 – ANA PAULA GOMES FERREIRA PODEVIN
15. REQ. N. 2702/08, DATADO DE 10/09/2008 – PC N.º 456/04, DATADO DE
07/06/2004 – ONTIMEPLAS – INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS E TESTES, LDA.
16. REQ. N. 970/14, DATADO DE 30/06/2014 – PC N.º 352/12, DATADO DE 22/11/2012
– MARIA AUGUSTA ALVES LOURENÇO GOMES
17. REQ. N. 988/14, DATADO DE 02/07/2014 – PC N.º 39/14, DATADO DE 07/02/2014
– ÂNGELO AUGUSTO MADEIRA GASPAR
18. REQ. N. 979/14, DATADO DE 01/07/2014 – PC N.º 123/13, DATADO DE 29/04/2013
– ARMINDO NUNES MESQUITA
19. REQ. N. 978/14, DATADO DE 01/07/2014 – PC N.º 241/12, DATADO DE 14/08/2012
– TECNIFREZA-INDÚSTRIA DE MOLDES, S.A

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

20. REQ. N. 1036/14, DATADO DE 09/07/2014 – PC N.º 49/12, DATADO DE 22/02/2012 – CELESTINO MIGUEL
21. REQ. N. 1041/14, DATADO DE 10/07/2014 – PC N.º 38/14, DATADO DE 07/02/2014 – CTT CORREIOS DE PORTUGAL, S.A. E PT COMUNICAÇÕES, SA
22. REQ. N. 898/14, DATADO DE 16/06/2014 – PC N.º 271/2014 , DATADO DE 16/06/2014 – EMPREENDIMENTOS IMOB. CONCEIÇÃO GOMES E FERREIRA, LDA.
23. REQ. N. 610/12, DATADO DE 05/04/2012 – PC N.º 892/05, DATADO DE 29/12/2005 – BONA VITA-ALOJAMENTO PRESTAÇÃO CUIDADOS SAÚDE, S.A
24. REQ. N. 1926/11, DATADO DE 20/09/2011 – PC N.º 210/11, DATADO DE 01/06/2011 – EDUARDO TEODÓSIO AMARAL
25. REQ. N. 307/14, DATADO DE 03/03/2014 – PC N.º 95/13, DATADO DE 12/04/2013 – VANGEST – ENGENHARIA FINANCEIRA E DE GESTÃO
26. REQ. N. 764/14, DATADO DE 23/05/2014 – PC N.º 179/14, DATADO DE 23/05/2014 – F.M.P.S. – FABRICAÇÃO DE MOLDES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LDA.
27. ESPAÇOS DO CIDADÃO. PROPOSTA DE PROTOCOLO.
28. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – E.N. 535, SENTIDO CASAL GALEGO-CASAL DOS CLAROS - REQUERENTE: EDGAR NETO MOLEIRINHO – MANDATÁRIO: DR. VITOR HUGO – PROPOSTA DE INDEFERIMENTO - AUDIÊNCIA PRÉVIA.
29. PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO N.º 36/CO/2014 – PROCESSO INSTAURADO E INSTRUÍDO PELA ASAE-AUTORIDADE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ECONÓMICA N.º NUICO: 001303/11.4.EACBR – ARGUIDA: GUIDA MARIA LUIS DIONISIO CUNHA – EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA SANCIONATÓRIA – DECISÃO FINAL
30. RECEÇÃO PROVISÓRIA FINAL
31. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
32. ENCERRAMENTO DE CONTA BANCÁRIA COM O N.º 0018/36604951001 DO BANCO SANTANDER TOTTA
33. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA

***“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO
TRABALHO PARA O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE”***

34. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 2º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ***“RECOLHA DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO E SUA ENTREGA PARA TRATAMENTO EM OPERADOR CERTIFICADO”***
35. RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE JUNHO DE 2014, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 73.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014.
36. REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE AO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO CORRESPONDENTE AO N.º 24, SITO NA RUA ANTÓNIO LOPES, CAMARNAL – ROSA MARIA FERREIRA DIAS - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.
37. CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA – HORÁCIO RIBEIRO FREITAS MARQUES – ARRENDATÁRIO DA HABITAÇÃO SITA NA RUA ANTÓNIO LOPES N.º 12, CAMARNAL.
38. ATRIBUIÇÃO DE FOGOS SOCIAIS AOS CANDIDATOS ADMITIDOS, NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL E RESPECTIVO CÁLCULO DAS RENDAS A APLICAR.
39. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA CULTURAL
40. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Antes da intervenção do público, o Sr. Presidente informou que a inscrição do Sr. Ernesto Silva não seria considerada, pois a mesma foi apresentada às 17:33 horas do dia anterior, ou seja, não respeitou a antecedência prevista no Regimento da Câmara Municipal. O munícipe insurgiu-se contra tal posição e abandonou a sala.

Foram atendidos os seguintes munícipes:

1 – Dr. Francisco Almeida Gomes, Presidente do Conselho de Administração dos Hotéis Cristal – Empreendimentos Turísticos, S.A., que pretende abordar o assunto relativo ao Regulamento de Isenção de Taxas para a Indústria Turística, e que colocou as seguintes questões:

1.ª questão – Compareceu na reunião do Executivo, há cerca de 3 meses, para expor o assunto da criação de isenção de taxas para investimento. Apresenta-se na qualidade de representante de uma infraestrutura que possui um grande investimento na Praia da Vieira. No dia seguinte, compareceu numa reunião com o Sr. Presidente, para solicitar a isenção da taxa para a infraestrutura turística. O investimento tem apoio do QREN, no entanto, não pretende avançar com o investimento sem o apoio da Câmara Municipal. Assim, se até agosto não obtiver uma resposta concreta da Câmara, que pressuponha a isenção das taxas de igual forma que a indústria, e se o investimento não for efetuado por falta de apoio, a responsabilidade será da Câmara Municipal.

2.ª questão – Deu entrada na Câmara Municipal, um requerimento para solicitar a água a 0,74 €/m³. Uma vez que os preços estão por níveis de consumo, o Hotel está no escalão dos 500/m³, ou seja, paga a água ao triplo do preço que o consumidor comum. Estão a ser penalizados, quando nenhum dos concelhos do distrito de Leiria paga a água deste tipo de consumos que não seja por escalão único.

3.ª questão – Na praia da Vieira, junto ao Hotel, existem quatro contentores de lixo, paredes meias com o edifício do Hotel. Questiona se não há locais mais dignos, numa localização mais afastada que não prejudique.

Respostas:

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que estamos em contacto com o Instituto Superior Técnico a fim de ser efetuado um estudo das redes e das tarifas de água. Este novo documento poderá contemplar incentivos ou penalidades ao consumo. Significa que estamos em fase de revisão mas que não ocorrerá até agosto.

Relativamente aos contores do lixo, ontem deslocou-se à praia, pediu o reforço dos contentores e uma recolocação dos mesmos noutro local, mas é difícil, porque ao longo da Avenida não é fácil arranjar outro sítio adequado.

Existem 2 contentores enterrados, se deslocarmos 500 m os contentores em causa vamos potenciar o depósito no chão.

2 – Sr. José Rosa da Silva Neto, residente na Rua do Rego, n.º 56, Garcia, Marinha Grande, que falou sobre os acessos da Ribeira das Bernardas aos terrenos que ficam por detrás da escola da Garcia.

Os proprietários dos terrenos têm receio das consequências da falta de limpeza das propriedades. Uma vez que lhes retiraram a serventia, estão impossibilitados de fazer a limpeza.

3 – Sr. Júlio Franco Rosa, residente na Rua General Humberto Delgado, n.º 20, Casal do Malta, Marinha Grande, que abordou as seguintes questões:

1.ª questão - Reparação de trilhos em Casal do Malta. A construção de novos trilhos, com 2 ou 3 palmos de distância das árvores, vão voltar a provocar danos pois as raízes vão rebentar com os lancis. A Câmara Municipal fiscaliza estas situações? Não há fiscalização da obra?

2.ª questão – Manutenção dos ajardinamentos na Marinha Grande, por ex. junto ao Pingo Doce e à Barbosa e Almeida, têm falta de manutenção. Os espaços estavam arranjados, mas o vandalismo deu cabo de tudo e está com aspeto abandonado, com lixo e a rega automática totalmente abandonada.

Junto à vedação da parte sul de Casal do Malta, existem arbustos e ervas por todo o lado. Nos espaços junto à Ribeira das Bernardas (junto ao estádio), a erva estava muito alta, cortaram-na, mas andaram a regar erva seca!

Qual a periodicidade com que as empresas contratadas fazem estes serviços? São fiscalizados? Poderá a Câmara, à semelhança de investimentos nos arruamentos, colocar cartazes a informar quem é a empresa e com que periodicidade a limpeza é executada?

Respostas:

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que irá averiguar qual a razão das raízes das árvores abatidas estarem a criar problemas.

Sobre a manutenção dos jardins e zonas ajardinadas informou que a prestação de serviços abrange determinadas zonas para limpar. Uma zona é da responsabilidade da empresa, outras são da nossa responsabilidade. A limpeza é feita mensalmente e é acompanhada pela Câmara. Se o serviço não é bem prestado não se confirmam as faturas e não são pagas.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** salientou que estas informações trazidas pelos munícipes são muito importantes pois alertam-nos para as situações que merecem intervenção.

O **Sr. Presidente da Câmara** começou por agradecer as informações que chegaram a esta Câmara. Agradeceu a intervenção do Município que referiu que estamos a plantar árvores, pois estamos efetivamente a plantar mais árvores do que as que estamos a cortar.

Sobre a questão suscitada pelo Sr. José Neto, informou que também está aqui em causa uma situação de vedações indevidas efetuadas por privados. Independentemente disso, o serviço de Proteção Civil e o SIG estão a analisar, assim como os serviços Jurídicos, para tentarem arranjar uma solução. As manilhas não são solução pois existem entidades (ambiente) que não aceitam esta solução.

Sobre as questões apresentadas pelo Dr. Almeida Gomes esclareceu que quando, em reunião com este, abordou a obrigatoriedade de intervenção da ERSAR, foi no âmbito dos esclarecimentos sobre a impossibilidade de responder favoravelmente ao pedido que a Câmara Municipal não teria capacidade para lhe fornecer diariamente a água necessária à infraestrutura, pois é um facto que existe essa capacidade. Com a emissão de declaração contrária poderíamos incorrer em penalizações junto da ERSAR. Essa informação que transmitiu não tinha nada a ver com as taxas a aplicar. Aliás tem conhecimento que outros hotéis na Marinha Grande pagam muita água e a tempo e horas.

Nesta altura verificou-se uma troca de palavras entre ambos. De seguida o Sr. Presidente cortou a palavra ao munícipe, realçando que não existe outro Município nas redondezas que lhe conceda as mesmas condições que o Município da Marinha Grande. Será que a redução dos 50% no valor das taxas não é suficiente? Por último, informou que estamos a estudar o assunto mas que não poderá existir qualquer isenção sem que o regulamento seja alterado.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção do Sr. Vereador António Santos:

- ⇒ Enalteceu a questão da Avenida da Praia da Vieira que está bem arranjada. Sobre os contentores defende que o ideal seria colocar contentores subterrâneos.
- ⇒ Candeeiro de São Pedro – ainda não foi colocado, reiterando que era importante colocá-lo brevemente pois é nesta época do ano que temos mais afluência à praia.
- ⇒ A passadeira de acesso à praia de São Pedro tem um declive muito acentuado, não permite o acesso à praia dos cidadãos com mobilidade condicionada.
- ⇒ A Rua do Repouso, junto ao Cemitério de Casal Galego, está incompleta num espaço de 1 km, este troço é muito estreito e gostaria de ver esta situação ultrapassada.
- ⇒ Leu a carta de um munícipe sobre a remoção de passeios, onde reclamavam da ausência de resolução do buraco no passeio junto à Papelaria Americana. O autor da carta refere que mostrou uma foto de um tubo ao Vereador Paulo Vicente, e que esta situação nunca foi resolvida. Foi preciso a intervenção na Avenida Vítor Gallo,

para destruir o tubo, ou seja, o problema que persistia há 4 anos só assim ficou resolvido!

Intervenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira:

1.ª nota:

- ⇒ Congratulou-se pela nadadora Filipa Ruivo, do Clube Náutico da Marinha Grande, pela excelente participação em diversas provas no Open no Luxemburgo, em representação da seleção nacional, incluindo a vitória nos 800 m livres.
- ⇒ Sobre a intervenção dos munícipes, salienta que é bom virem ao conhecimento da Câmara Municipal. Sobre a intervenção do Sr. José Neto reteve uma mensagem que representa um problema, que é o facto de não obter resposta aos problemas apresentados. É necessário dar resposta aos munícipes, nem que seja que a situação está a ser analisada.
- ⇒ Sobre a intervenção do Sr. Júlio Rosa, é bem vinda a sinalização, mas mais uma vez são questões levantadas há muito tempo e que não obtêm resposta. Temos de arranjar forma de responder às pessoas.

2. No seguimento da intervenção do munícipe Almeida Gomes e sobre o programa de apoio à atividade económica referiu o seguinte:

Em 3 de Abril apresentei uma alteração ao programa de apoio ao desenvolvimento industrial.

- A proposta que apresentei evita discriminações entre munícipes e atividades económicas, reduzindo as desigualdades que o programa de apoio ao desenvolvimento industrial apresentado e aprovado em Janeiro continha.
- os princípios do programa que existe, que foi aprovado e com o qual todos estão de acordo, estão na minha alteração de proposta, ou seja:
 - a) incentivar a atividade privada
 - b) incentivar o investimento no concelho
 - c) criar postos de trabalho.

Estas são as regras, e qualquer empresa que se enquadre nestes critérios deve ser apoiada.

- na minha perspectiva, uma proposta de apoio devia incluir todas aquelas atividades que integram uma natureza industrial, comercial ou outra de especial relevância.
- Por essa razão propus que fossem apoiadas todos/as os/as que pretendem desenvolver atividades que cumpram os requisitos estabelecidos, a graduação estabelecida e que se revistam de especial interesse económico e social.

Não aprovaram a minha proposta e olhando para o que disseram os estimados colegas de vereação e que ficou plasmado em ata, realço alguns pontos:

O Sr. Vereador Paulo Vicente votou contra e disse que:

- a) “a proposta não identifica claramente as atividades económicas abrangidas e coloca no mesmo patamar muitas atividades que têm diferentes impactos no tecido empresarial.
– o que eu disse é que são todas as atividades que cumpram os objetivos propostos no programa anteriormente aprovado.
- b) “Acha que é uma forma populista de isentar tudo e todos, retirar receitas à Câmara”.
– criar equidade entre os cidadãos não é populismo é uma forma de igualdade. É um incentivo que a Câmara dá, considerado um investimento e não um retirar de receitas.
- c) “Não visa criar riqueza no concelho.”
– então apoiar quem quer criar emprego não é criar riqueza ?

O Sr. Vereador Vítor Pereira votou contra e disse que:

- a) “A proposta para a atividade hoteleira não é tão favorável como a do RMEU.”
– Se o RMEU é mais favorável como se explica que tenha sido apresentado e aprovado um programa apenas para a indústria em 2013 e repetido em 2014. Se já existia o RMEU não era preciso outro programa de apoio. Agora se foi apresentado para a indústria porque não pode ser alargado às outras atividades?
- b) “Há que encontrar justiça social, pois uma coisa é o apoio à atividade industrial outra é dar tudo, e não podemos, porque a atividade pública precisa.”
– não foi entendido que o incentivo à criação de riqueza e emprego vai ter um acréscimo de retorno para a Câmara e para o Estado, através dos impostos que vão pagar. E a questão social com a diminuição do desemprego?
- c) “Uma coisa é o apoio, outra é a subsídioção, que é aquilo que o Vereador Aurélio defende.”
– então apoiar a indústria não foi considerado subsídioção ? Só é subsídioção se for apoiar outras atividades económicas?

O Sr. Vereador António Santos também não aprovou a minha proposta, e disse que:

- a) “embora concorde com a proposta, mas porque não está quantificado o valor da receita/benefício e porque não há consenso, vai-se abster”.
– quando foi aprovado o programa de apoio à indústria também não foi quantificado o valor da receita/benefício, no entanto foi aprovado, porque não para as outras atividades económicas?

Em relação ao programa aprovado retirei apenas a exclusividade da indústria e coloquei o apoio à economia. Este é o meu princípio, independentemente qual a atividade económica.

Intervenção da Sr.ª Vereadora Maria João Gomes:

- ⇒ Referiu que é bom ver que as pessoas se preocupam com as situações que os rodeiam.
- ⇒ Relativamente à intervenção do Dr. Almeida Gomes, concordou com a proposta de abranger outros setores que não só a indústria, pois significa investimento, postos de trabalho e riqueza. A indústria hoteleira será uma fonte de receção de investimento para o concelho e o Hotel Cristal contribuiu para satisfazer a necessidade de alojamento turístico para estrangeiros. O programa de incentivo tem que beneficiar a atividade turística para que este mantenha a sua vivacidade.
- ⇒ A pedido de vários munícipes que frequentam o Jardim Luís de Camões perguntou que tempo vai durar a intervenção no jardim.
- ⇒ Realçou que no dia 7 de julho se comemorou o aniversário da inauguração da fábrica de vidro, é bom recordar Guilherme Stephens e todos os que lá trabalharam.
- ⇒ Perguntou se ainda existem tubos de abastecimento de água em amianto.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho referiu o seguinte:

- ⇒ Também agradeceu a intervenção e informação trazida pelos munícipes.
- ⇒ Informou que no dia anterior se tinha deslocado a dois locais no interior do Parque Mártires do Colonialismo, e que ficou apreensiva com a obra que lá foi feita, que entende que deve ser fiscalizada, pois verificou que existem quinas vivas, um dos brinquedos foi removido mas ficou com a base no chão que potencia quedas. O próprio piso já tem pontas levantadas.
As mesas e bancos estão em muito mau estado, nos bebedouros não há água. As crianças mais pequeninas ficaram sem um brinquedo que adoravam, pelo que solicita a colocação de um brinquedo para os mais pequeninos. A casa de arrumação, que serve de arrumos ao campo de ténis, está com cadeiras e mesas no interior, e com muito mau aspeto.
- ⇒ Alertou que junto à Papelaria Americana e à H₂O existem buracos grandes no chão.
- ⇒ Quanto à questão do Dr. Almeida Gomes, mostrou-se preocupada, pois tem o pelouro do turismo. Admite que o regulamento de apoio ao turismo terá de ser melhorado para potenciar os investimentos deste tipo.

O Sr. Vereador Vítor Pereira referiu o seguinte:

- 1 Começou por salientar que existem situações, como as que ocorreram hoje no período de intervenção do público que, pela falta de dignidade, o assustam. Enquanto representante deste órgão, entende que o órgão tem de ser respeitado e têm de ser respeitadas as regras da democracia. Gostem do Presidente da Câmara ou dos Vereadores, têm de ser tratados com respeito. O saber viver em democracia

é uma situação que sempre honrou os Marinhenses, está-se a criar um ambiente de folclore em que não se revê. Não pretende dar lições de moral mas está a transmitir que o que se assiste nas reuniões não tem a ver com o respeito pela democracia.

- 2 Relativamente à comunicação com os munícipes sobre o ponto da situação das situações que lhe são colocadas, informou que tenta sempre responder, está disponível para atender telefones, retribui sempre que possível, por isso, pedia ao Vereador Aurélio que não generalizasse quando acusa o executivo de não dar resposta às questões apresentadas pelos munícipes.
- 3 Sobre o empreendedorismo industrial e apoio à indústria, afirmou que apoia incondicionalmente, é o primeiro ponto do programa da CDU. Não significa que não apoie outros investimentos, mas com regras, caso contrário, todos têm legitimidade para pedir isenções. Temos de ter ponderação na preocupação de desenvolvimento económico mas também temos de ter sensibilidade para a intervenção social, uma vez que temos situações gravíssimas no concelho. Sobre esta última questão, não se recorda de ouvir o Vereador Aurélio preocupado com este tipo de apoio. A CM está disponível para apoiar o Hotel Cristal, mas estas situações fazem-se com regras, com diálogo e não com posturas como aquela a que assistimos na intervenção do dia de hoje.
- 4 Enalteceu o Clube de Atletismo de Marinha Grande, que se fez representar com 9 atletas no Campeonato Nacional de Júniores no Centro de Estágio do Luso. A equipa masculina foi representada por: João Pinto, que foi 4º nos 100m e 5º nos 200m; Oleksandr Lyashchenko, que foi 2º no salto em comprimento, 2º no lançamento do dardo e 2º no triplo salto; Ângelo Santos, que foi 4º no triplo salto e Vasco Santos que foi 4º nos 10km marcha, conseguindo mínimos para o Campeonato Mundial de Juvenis que terá lugar na Colômbia no próximo ano. Coletivamente a equipa masculina conquistou o 4º lugar entre 65 equipas, ficando apenas a 2 pontos do Sporting Clube de Portugal.
A equipa feminina foi representada por: Beatriz Dinis, que foi 21ª nos 100m; Maria Inês Domingos, que foi 4ª no lançamento do martelo; Beatriz Domingues, que foi 8ª no salto em altura; Mariana Bento, que foi 6ª no lançamento do disco, 4ª no lançamento do dardo e Suzana Cruz, que foi 10ª no salto em comprimento. Coletivamente a equipa feminina conquistou o 9º lugar entre 60 equipas.
- 5 No fim-de-semana, de 28 e 29 de junho, disputou-se na Pista de Atletismo de Abrantes o Campeonato Nacional de Juvenis. O Clube Atletismo de Marinha Grande fez-se representar por 10 atletas.
Das nove medalhas conquistadas 3 foram de campeões nacionais e 6 vice-campeões, distribuídas da seguinte forma:
Beatriz Domingues - Vice- campeã nacional de juvenis no salto em altura.
Mariana Bento - Vice- campeã nacional de juvenis no lançamento do disco e Vice- campeã nacional de juvenis no lançamento do dardo.

João Pinto - Campeão nacional de juvenis nos 200m planos, Vice- campeão nacional de juvenis nos 100m planos e Vice- campeão nacional de juvenis no salto em comprimento. A destacar a presença deste atleta no passado mês de Maio no apuramento para os jogos olímpicos da juventude, que tiveram lugar em BAKU no Azerbaijão. Mais uma vez um atleta da nossa cidade representa o país além fronteiras.

Oleksandr Lyashchenko - Campeão nacional de juvenis no salto em comprimento, campeão nacional de juvenis no triplo salto e Vice- campeão nacional de juvenis no lançamento do dardo.

- 6 Por último, insurgiu-se contra o poder central que rasga a direito sem pensar nas consequências. Estamos agarrados a regras e situações em que não podemos recrutar trabalhadores, com uma estrutura com uma pirâmide invertida, com poucos operacionais. Somos obrigados a recorrer ao IEPF para contratar contratos emprego-inserção para colmatar necessidades efetivas. Nos espaços museológicos não temos trabalhadores para garantir o seu funcionamento ou a sua própria segurança.

Não tem por princípio dirigir-se aos munícipes, mas agora direcionou esta mensagem a eles em particular, as nossas dificuldades são muitas e não é suficiente o recurso ao IEPF que já não consegue dar resposta ao preenchimento das nossas candidaturas.

O Sr. Vereador Paulo Vicente referiu o seguinte:

- ⇒ Começou por corroborar na íntegra as primeiras palavras do Vereador Vítor Pereira sobre a dignificação do órgão Câmara Municipal.
- ⇒ Sobre a intervenção do Vereador Aurélio Ferreira, salienta que não retira uma vírgula do que declarou sobre os apoios. A Câmara Municipal não pode dar tudo a todos, têm de existir regras, não é só assumir posturas facilitadoras por uma questão de populismo.
- ⇒ Relativamente à questão suscitada pelo Vereador Vítor Pereira sobre a necessidade de mais recursos humanos para a Autarquia, quer salientar que as dificuldades que são indicadas, seja pela falta de intervenção imediata, seja a falta de resposta, é provocada pela falta de recursos humanos e também pela aplicação das reduções remuneratórias nas prestações de serviços que penalizam a qualidade.
- ⇒ Para responder à Vereador Maria João informou que a conclusão das obras de intervenção no jardim Luís de Camões estão programadas para final do mês de agosto.
- ⇒ Sobre a questão da tubagem de fibrocimento, informou que ainda esta semana foi emitida uma nota à comunicação social a informar que a própria legislação em vigor ainda prevê esse tipo de tubagem pois a mesma não representa perigo. O problema que se coloca é que poderá ser nociva quando está partida/desfeita e contamina o solo. No entanto, já existem poucas tubagens nesse material e estão a

ser substituídas, porque apresentam maior risco de rotura pois resistem pior à pressão.

- ⇒ Sobre a questão da rampa de acesso à praia de São Pedro, apresentada pelo Vereador António Santos, importa informar que está previsto o início de uma obra de intervenção no acesso à praia, contornando os incómodos que a mesma possa provocar, onde está contemplada a correção da rampa. Com esta intervenção pretendemos apresentar a candidatura ao galardão de praia acessível, junto da Agência Portuguesa do Ambiente, para 2015.
- ⇒ Quanto ao candeeiro em São Pedro de Moel, há necessidade de intervir na Praça Afonso Lopes Vieira porque ocorreram abatimentos e nessa ocasião será efetuada a colocação do candeeiro.
- ⇒ A situação da Rua do Repouso já vem do mandato anterior, existiu uma candidatura, juntamente com a CM de Leiria, este município desinteressou-se pela obra, a CMMG executou o que tinha previsto mas existiram problemas com os processos de expropriações que inviabilizaram a execução. A situação está ultrapassada e neste momento estamos em condições de prever no próximo orçamento verba para intervir naquele troço de 1 km.
- ⇒ Reativamente ao Parque Mártires do Colonialismo informou que os materiais utilizados não foram adequados e que as mesas e cadeiras são para substituir.

O **Sr. Presidente** fez uma última intervenção para dar nota da visita dos representantes da cidade gêmea de Oliveira de Azeméis. Foi muito interessante, e informou que se as cobranças do IMI fossem semelhantes às da referida cidade, obtínhamos mais 1,5 milhões de euros por ano de receita. Os investidores que acompanharam a comitiva ficaram encantados com os incentivos à indústria existentes na MG.



2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 15, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 3 DE JULHO DE 2014

569 - Presente a ata n.º 15, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 3 de julho de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**3 - REQ. N. 799/14, DATADO DE 30/05/2014 – PC N.º 186/14, DATADO DE 30/05/2014 –
VANGEST - ENGENHARIA FINANCEIRA E GESTÃO, S.A**

570 - Presente pedido com o registo n.º 799/14, datado de 30/05/2014 relativo a **pedido de informação prévia para a criação de uma unidade industrial** a instalar na Marinha Pequena, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 186/14, com data de entrada de 30/05/2014, apresentado por **VANGEST - ENGENHARIA FINANCEIRA E GESTÃO, S.A.**, com o NIPC 503 536 725, com sede na rua de Leiria, n.º 210, Embrã, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 14/07/2014, que atesta ser viável, com condicionalismos, a pretensão apresentada.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

INFORMAR, nos termos do artigo 16.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, **SER VIÁVEL** a criação de uma unidade industrial a instalar na Marinha Pequena, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 186/14, com data de entrada de 30/05/2014, apresentado por Vangest - Engenharia Financeira e Gestão, S.A., com o NIPC 503 536 725, com sede na rua de Leiria, n.º 210, Embrã, freguesia e concelho da Marinha Grande, devendo o respetivo processo de comunicação prévia a apresentar contemplar e assegurar os seguintes condicionalismos:

1.- A configuração do “plateau” sobre o qual se pretende construir o edifício deverá ser modelada de modo a garantir que a altura máxima do muro a construir ao longo da frente norte não ultrapasse, em qualquer um dos seus pontos, a altura de 4,0 m do que se lhe situa a poente.

2.- Deverá prever-se a criação de áreas permeáveis no logradouro do prédio que minimizem o impacto da acumulação de águas pluviais no prédio e que garantam a sua infiltração no solo, criando espaços ajardinados, grelhas de arrelvamento, poços de absorção ou outras soluções técnicas que reduzam os impactos resultantes da impermeabilização pretendida.

3.- Deve prover à requalificação dos caminhos públicos existentes a norte e a sul do terreno, para o que deverá apresentar o respetivo processo de obras de urbanização, que deverá contemplar os seguintes critérios:

a) Ao longo da frente norte: execução, desde o seu atual remate até ao limite nascente do prédio, do prolongamento do arruamento e passeio existentes, com as características e dimensões dos mesmos.

b) Ao longo da frente sul: requalificação e reestruturação da via existente, incluindo a conceção e instalação de sinalização vertical e horizontal que garantam a transição em segurança entre as faixas de rodagem situadas a nascente e a ponte do terreno.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N. 857/14, DATADO DE 09/06/2014 – PC N.º 197/14, DATADO DE 09/06/2014 – HEVIPOL - PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA, S.A

571 - Presente pedido com o registo n.º 857/14, datado de 09/06/2014 relativo a **pedido de informação prévia para a criação de uma unidade industrial** a instalar nas Comeiras, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 610 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1.143, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 197/14, com data de entrada de 09/06/2014, apresentado por **HEVIPOL - PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA, S.A.**, com o NIPC 508 164 737, com sede na Rua Nogent-Sur-Marne, n.º 2 AC, R/C, freguesia e concelho da Nazaré.

Presente informação técnica, datada de 14/07/2014, que atesta ser viável, com condicionalismos, a pretensão apresentada.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

INFORMAR, nos termos do artigo 16.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, SER VIÁVEL a criação de uma unidade industrial do tipo 3 a instalar nas Comeiras, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 610 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1.143, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 197/14, com data de entrada de 09/06/2014, apresentado por HEVIPOL - PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA, S.A., com o NIPC 508 164 737, com sede na Rua Nogent-Sur-Marne, n.º 2 AC, R/C, freguesia e concelho da Nazaré, devendo o processo de comunicação prévia a apresentar ser acompanhado do respetivo processo de obras de urbanização, o qual deve contemplar e assegurar os seguintes condicionalismos:

1.- Deve prover à requalificação do caminho público existente a nascente do terreno, contemplando os seguintes critérios:

a) O perfil do arruamento a considerar no prolongamento das infraestruturas deverá garantir uma largura mínima de 1,6m para passeios, pelo que se deve garantir no seu traçado essa dimensão, a um e outro lado da faixa de rodagem, ao longo da totalidade da frente do terreno;

b) Deve-se, igualmente, assegurar a execução e instalação da sinalização vertical e horizontal, assim como as obras de remate que permitam estabelecer a transição entre o perfil do caminho atual e o do arruamento após requalificação, de modo a garantir as condições de segurança na circulação ao longo dessa via;

c) O processo relativo às obras de urbanização deve ser devidamente acompanhado de um levantamento cadastral dos terrenos confinantes com o caminho, na área de intervenção, assim como da anuência, por escrito, dos titulares dos terrenos que venham a ser afetados pelo mesmo.

2.- Deverá garantir a execução da extensão das restantes infraestruturas, nomeadamente as de saneamento, abastecimento de água e de esgotos pluviais.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

**5 - REQ. N. 989/14, DATADO DE 02/07/2014 – PC N.º 431/13, DATADO DE 14/11/2013 –
MÁRIO SILVA**

572 - Presente pedido com o registo n.º 989/14, datado de 2/07/2014 relativo a **legalização de ampliação de edifício de habitação, comércio e serviços, com venda e fabrico de pão**, localizado na Rua da Covina, n.º 4, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.354 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 367, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 431/13, com data de entrada de 14/11/2013, apresentado por **MÁRIO SILVA**, com o NIF 162819803, residente na Rua da Covina, n.º 4, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 9/07/2014, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **legalização de ampliação de edifício de habitação, comércio e serviços, com venda e fabrico de pão**, localizado na Rua da Covina, n.º 4, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.354 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 367, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 431/13, com data de entrada de 14/11/2013, apresentado por **MÁRIO SILVA**, com o NIF 162819803, residente na Rua da Covina, n.º 4, freguesia e concelho da Marinha Grande, com o seguinte condicionalismo:

Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

Mais delibera informar o requerente de que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**6 - REQ. N. 1001/14, DATADO DE 03/07/2014 – PC N.º 176/14, DATADO DE 21/05/2014 –
TELMO JOSÉ BOM DUARTE**

573 - Presentes requerimentos, com registos de entrada n.º 744/14 e n.º 1001/14, datados de 2014/05/21 e de 2014/07/03, respetivamente, referentes ao processo n.º 176/14, a solicitar o licenciamento de obras de construção de moradia e de muros, no prédio com 2.520,00 m², sito na Rua 5 de Outubro, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4.400 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 11.847, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por TELMO JOSÉ BOM DUARTE, com o NIF 237024900, residente na Rua da Estremadura, n.º 4, lugar de Coucinheira, freguesia de Amor, concelho de Leiria e por CLÁUDIA MANUEL FAUSTINO, com o NIF 238929094, residente na Rua na Urbanização Gameiro, Lote 3, lugar de Sítio da Nazaré, freguesia e concelho da Nazaré. Presentes pareceres técnicos datados de 2014/06/17 e de 2014/07/04, que atestam encontrar-se, o processo, em condições de ser deferido.

Após análise dos requerimentos, com registos de entrada n.º 744/14 e n.º 1001/14, datados de 2014/05/21 e de 2014/07/03, respetivamente, processo n.º 176/14, referente a pedido de licenciamento de obras de construção de moradia e de muros, no prédio com 2.520,00 m², sito na Rua 5 de Outubro, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4.400 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 11.847, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por TELMO JOSÉ BOM DUARTE, com o NIF 237024900, residente na Rua da Estremadura, n.º 4, lugar de Coucinheira, freguesia de Amor, concelho de Leiria e por CLÁUDIA MANUEL FAUSTINO, com o NIF 238929094, residente na Rua na Urbanização Gameiro, Lote 3, lugar de Sítio da Nazaré, concelho da Nazaré, bem como dos pareceres técnicos datados de 2014/06/17 e de 2014/07/04, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o projeto de arquitetura.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1- Por se tratar de edificação destinada a habitação com 35,35 m² profundidade, medida a partir da sua fachada fronteira ao espaço público confinante, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do Regulamento Geral da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – RMEUMMG, compreende obra geradora de impacto semelhante a operação de loteamento, sendo devida a compensação pela não cedência de 63,00 m² para espaços verdes de utilização coletiva e equipamento de utilização coletiva, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 57º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro. O cálculo deste valor decorre do disposto no artigo 124º e seguintes do RMEUMMG.
- 2- Deverá apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os projetos das especialidades aplicáveis nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

**7 - REQ. N. 2000/13, DATADO DE 06/12/2013 – PC N.º 379/13, DATADO DE 15/10/2013 –
RUI MANUEL PIRES DE BRITO ELVAS**

574 - Presentes requerimentos, com registos de entrada n.º 1656/13 e n.º 2000/13, datados de 2013/10/15 e de 2013/12/06, respetivamente, processo n.º 379/13, a solicitar o licenciamento de obras de alteração e ampliação de anexo, no prédio com 2.089,00 m², sito na Rua das Oliveiras, n.º 51, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19.856 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.770-P, apresentado por RUI MANUEL PIRES DE BRITO ELVAS, com o NIF 18117673, residente na Rua das Oliveiras, n.º 51, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico datado de 2014/07/11, que atesta encontrar-se, o processo, em condições de ser deferido.

Após análise dos requerimentos, com registos de entrada n.º 1656/13 e n.º 2000/13, datados de 2013/10/15 e de 2013/12/06, respetivamente, processo n.º 379/13, a solicitar o licenciamento de obras de alteração e ampliação de anexo, no prédio com 2.089,00 m², sito na Rua das Oliveiras, n.º 51, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19.856 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.770-P, apresentado por RUI MANUEL PIRES DE BRITO ELVAS, com o NIF 18117673, residente na Rua das Oliveiras, n.º 51, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2014/07/11, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o projeto de arquitetura com o seguintes condicionalismos:

Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação:

1- Planta de implantação cujo polígono de ocupação da habitação existente corrobore o polígono da obra licenciada pelo processos camarário n.º 973/97, com alvará de construção n.º 516/1998.

2- Projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º

555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1- Por se tratar de ocupação de habitação, cujo edifício de habitação e anexos apresta profundidade superior a 30 m, medida a partir da sua fachada fronteiria ao espaço público confinante, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do Regulamento Geral da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – RMEUMMG, compreende obra geradora de impacto semelhante a operação de loteamento, sendo devida a compensação pela não cedência de 63 m2 para espaços verdes de utilização coletiva e equipamento de utilização coletiva, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 57º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro. O cálculo deste valor decorre do disposto no artigo 124.º e seguintes do RMEUMMG.

2- Sem prejuízo de outros requisitos aplicáveis, na omissão em projeto de qualquer tipo de contracto sobre enchimento e vazamento da piscina, caberá aos serviços camarários competentes o parecer quanto à capacidade das redes públicas para aquelas condições.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 917/14, DATADO DE 18/06/2014 – PC N.º 179/14, DATADO DE 23/05/2014 – F.M.P.S. FABRICAÇÃO DE MOLDES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LDA

575 - Presente pedido com o registo n.º 917/14, datado de 18/06/2014 relativo a licenciamento de uma unidade industrial, num terreno sito na Rua da Quinta da Lagoínha, Cova Grande, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16.068 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.199, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 179/14, com data de entrada de 23/05/2014, apresentado POR F.M.P.S. FABRICAÇÃO DE MOLDES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LDA, com o NIPC 505 379 139, com sede na Rua do Tecelão, n.º 3, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 24/06/2014, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 30/06/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a licenciamento de uma unidade industrial, num terreno sito na rua da Quinta da Lagoínha, Cova Grande, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16.068 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.199, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 179/14, com data de entrada de 23/05/2014, apresentado por F M P S Fabricação de Moldes e Prestação de Serviços Lda, com o NIPC 505 379 139, com sede na Rua do Tecelão, n.º 3, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também

a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 992/13, DATADO DE 02/07/2013 – PC N.º 73/09, DATADO DE 21/04/2009 – EMANUEL GASPAR ALVES

576 - Presente requerimento n.º 992/13, datado de 2014/07/02, constante do processo camarário n.º 73/09, subscrito por EMANUEL GASPAR ALVES, com o NIF 208653813, residente na Rua Principal, n.º 35, lugar de Pedrulheira, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia e muro*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Álvaro Cunhal, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16.656 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.024, da freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo processo foi aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 27/05/2010, tendo sido emitido o alvará de obras de construção n.º 116/10, em 02/07/2010, válido até 07/07/2014.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2014/07/10, propondo a aprovação do projeto de alterações de arquitetura apresentado.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2013/07/25, referente aos projetos de alterações das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de alterações ao licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia e muro*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Álvaro Cunhal, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16.656 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.024, da freguesia e concelho de Marinha Grande, com o número de processo 73/09, com data de entrada em 2009/04/21, apresentado por EMANUEL GASPAR ALVES, com o NIF 208653813, residente na Rua Principal, n.º 35, lugar de Pedrulheira, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 984/14, DATADO DE 01/07/2014 – PC N.º 235/14, DATADO DE 01/07/2014 – BOLLINGHAUS STEEL S.A.

577 - Presente pedido com o registo n.º 984/14, datado de 01/07/2014 relativo a **ampliação de unidade industrial**, localizada na Travessa da Indústria, n.º 6, Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2.925 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.105, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 235/14, com data de entrada de 01/07/2014, apresentado por **BOLLINGHAUS STEEL S.A.**, com o NIPC 503752533, com sede na Travessa da Indústria, n.º 6, Vieira de Leiria freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 07/07/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **ampliação de unidade industrial**, localizada na Travessa da Indústria, n.º 6, Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2.925 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3105, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 235/14, com data de entrada de 01/07/2014, apresentado por **BOLLINGHAUS STEEL S.A.**, com o NIPC 503752533, com sede na Travessa da Indústria, n.º 6, Vieira de Leiria freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1.- A área a ampliar, ao apresentar uma dimensão superior a 1.000,00 m² (2.627,00 m²) representa um “**impacte urbanístico relevante**”, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), sendo devida a compensação pela não cedência de 866,91 m² para espaços verdes de utilização coletiva e equipamento de utilização coletiva, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 44.º do RJUE. O cálculo deste valor decorre do disposto no artigo 124.º e seguintes do RMEUMMG.
- 2.- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 3.- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos,

ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

4.— Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 862/14, DATADO DE 11/06/2014 – PC N.º 365/13, DATADO DE 04/10/2013 – CHAINS OF FUN - BAR, LDA

578 - Presente pedido com o registo n.º 862/14, datado de 11/06/2014 relativo a licenciamento de obras de alteração e alteração de uso de estabelecimento de bebidas para estabelecimento de diversão noturna (clube), sito no R/C do edifício localizado na Rua da Juventude, n.º 35, Picassinos, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19.839 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16646, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 365/13, com data de entrada de 04/10/2013, apresentado por CHAINS OF FUN - BAR, LDA, com o NIPC 509 097 820, com sede na Rua da Juventude, n.º 35, Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 12/12/2013;

Presente informação técnica, datada de 01/07/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a licenciamento de obras de alteração e alteração de uso de estabelecimento de bebidas para estabelecimento de diversão noturna (clube), sito no R/C do edifício localizado na Rua da Juventude, n.º 35, Picassinos, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19 839 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16 646, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 365/13, com data de entrada de 04/10/2013, apresentado por CHAINS OF FUN - BAR, LDA, com o NIPC 509 097 820, com sede na rua da Juventude, n.º 35, Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N. 965/14, DATADO DE 26/06/2014 – PC N.º 09/99, DATADO DE 06/01/1999 – CIVILCONSTRÓI – CONSTRUÇÕES LDA. E URBIFIX – SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E CONSTRUÇÃO IMOBILIÁRIAS, LDA.

579 - Presente requerimento n.º 965/14, datado de 26/06/2014, apresentado por CIVILCONSTRÓI – CONSTRUÇÕES LDA., com o NIPC 504263110, com sede em Estrada Principal, Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande e URBIFIX – SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E CONSTRUÇÃO IMOBILIÁRIAS, LDA., com o NIPC 504239112, com sede em Rua Eng.º André Navarro, n.º 28, loja 6, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a alteração do revestimento do solo, no que respeita aos espaços verdes de utilização coletiva e espaços comuns do loteamento, aprovados no âmbito das obras de urbanização relativas ao Loteamento Urbano de que são titulares, sito em Quinta de Valdreanes, a que corresponde o processo de licenciamento número 09/99, com data de entrada de 06/01/1999.

Presente informação técnica, datada de 02/07/2014, que recaiu sobre o presente requerimento.

Após análise da pretensão dos requerentes, CIVILCONSTRÓI – CONSTRUÇÕES LDA., com o NIPC – 504263110, com sede em Estrada Principal, Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande e URBIFIX – SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E CONSTRUÇÃO IMOBILIÁRIAS, LDA., com o NIPC – 504239112, com sede em Rua Eng.º André Navarro, n.º 28, loja 6, freguesia e concelho de Marinha Grande, titulares do processo de loteamento urbano sito em Quinta de Valdreanes, a que corresponde o processo de licenciamento número 09/99, para o qual foi emitido o alvará de loteamento com obras de urbanização n.º 12/99, em 30/11/1999, incidente sobre o prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande da Marinha Grande sob o número 8.953 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 3.618 e na matriz predial rústica sob o artigo número 9.251, localizado em Valdreanes, Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a alteração do revestimento do solo, no que respeita aos espaços verdes de utilização coletiva e espaços comuns do loteamento,

aprovados no âmbito das obras de urbanização e da informação técnica que se pronunciou sobre o assunto, e considerando que :

- O revestimento do solo previsto no projeto de especialidade de arranjos exteriores, aprovado em reunião de Câmara de 22/07/1999, era em relva;
- O projeto aprovado não previa a execução de sistema de rega automatizado;
- Na sequência do requerimento número 813/14, datado de 02/07/14 foi realizada vistoria com vista à receção definitiva das obras de urbanização e esta ficou pendente por os espaços destinados a espaços verdes se encontrarem degradados e sem qualquer revestimento herbáceo;
- Nessa sequência, o promotor apresentou o presente requerimento a solicitar a substituição dos materiais previstos para o revestimento do solo;
- A zona do território em que se insere esta operação urbanística ainda se encontra pouco ocupada, com muitos lotes sem qualquer tipo de construção;
- As áreas em causa são extensas, o que dificulta a sua manutenção/conservação com regularidade e em adequadas condições de utilização;
- Não existe sistema de rega que permita garantir a permanência de qualquer revestimento vegetal herbáceo;
- A linha de água em questão apresenta problemas, em alturas de elevada pluviosidade, com o encaminhamento rápido das águas para jusante, com reflexos nas propriedades confinantes.

A Câmara Municipal delibera, ao abrigo dos artigos 21.º e 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro – RJUE - APROVAR a substituição dos materiais de revestimento do solo, nas áreas destinadas a espaços verdes, nas obras de urbanização relativas à operação de loteamento urbano a que corresponde o processo de licenciamento número 09/99, incidente sobre o prédio sito em Quinta de Valdreanes, Portela, freguesia e concelho da Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 8.953 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 3.618 e na matriz predial rústica sob o artigo número 9.251, cujos titulares são CIVILCONSTRÓI – CONSTRUÇÕES LDA., com o NIPC 504263110, com sede em Estrada Principal, Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande e URBIFIX – SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E CONSTRUÇÃO IMOBILIÁRIAS, LDA., com o NIPC 504239112, com sede em Rua Eng.º André Navarro, n.º 28, loja 6, freguesia e concelho de Marinha Grande, com vista a garantir a reposição das adequadas condições de manutenção, conservação e utilização dos espaços verdes.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Presidente esteve ausente durante a apreciação e votação deste processo, pelo que foi substituído pelo Vice-Presidente, Sr. Paulo Vicente.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

13 - REQ. N. 1054/14, DATADO DE 11/07/2014 – PC N.º 88/13, DATADO DE 08/04/2013 – IMOPLASTIC - INDÚSTRIA DE MOLDES E PLÁSTICOS, LDA.

580 - Presente pedido com o registo n.º 1054/14, datado de 11/07/2014 relativo a **licenciamento de alteração de implantação**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7601 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5502, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 88/13, com data de entrada de 08/04/2013, apresentado POR **IMOPLASTIC - INDÚSTRIA DE MOLDES E PLÁSTICOS, LDA.**, com o NIPC 500 988 757, com sede na estrada do Pero Neto, Cova da Raposa, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo processo foi aprovado em reunião de câmara de 16/05/2013;
Presente informação técnica, datada de 14/07/2014, que atesta encontrar-se o pedido em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alteração de implantação, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7601 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5502, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 88/13, com data de entrada de 08/04/2013, apresentado por IMOPLASTIC - INDÚSTRIA DE MOLDES E PLÁSTICOS, LDA., com o NIPC 500 988 757, com sede na estrada do Pero Neto, Cova da Raposa, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo processo foi aprovado em reunião de câmara de 16/05/2013.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 27.º do RJUE, a alteração em causa dá lugar a aditamento ao alvará n.º 64/13.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 1505/09, DATADO DE 08/06/2008 – PC N.º 129/09, DATADO DE 08/06/2009 – ANA PAULA GOMES FERREIRA PODEVIN

581 - Presente requerimento n.º 1505/09, datado de 2009/06/08, constante do processo camarário n.º 129/09, subscrito por **ANA PAULA GOMES FERREIRA PODEVIN**, com o NIF 258685824, com residência em 28, Rue de Pimodan, 93600 Aulnay Sous Bois, França, a solicitar o licenciamento da obra de **“Alteração e ampliação de moradia”** existente, incidente sobre dois prédios sitos na Lameira da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1.221 e o n.º 1.219, inscritos na respetiva matriz sob os artigos n.º 12.731 e n.º 3.293, respetivamente,

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

correspondentes aos lotes n.ºs 3 e 1, constituídos pelo alvará de loteamento urbano n.º 10/86, de 2 de julho de 1986, concedido a Manuel dos Santos Dionísio e Outro.
Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/07/03, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de *“Alteração e ampliação de moradia”* existente, incidente sobre dois prédios urbanos sitos na Lameira da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1.221 e o n.º 1.219, inscritos na respetiva matriz sob os artigos n.º 12.731 e n.º 3.293, respetivamente, correspondentes aos lotes n.ºs 3 e 1, constituídos pelo alvará de loteamento urbano n.º 10/86, de 2 de julho de 1986, concedido a Manuel dos Santos Dionísio e Outro, com o número de processo 129/09, com data de entrada em 2009/06/08, apresentado por ANA PAULA GOMES FERREIRA PODEVIN, com o NIF 258685824, com residência em 28, Rue de Pimodan, 93600 Aulnay Sous Bois, França, bem como do parecer técnico datado de 2014/07/03, a Câmara Municipal delibera notificar o requerente, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente o alvará de loteamento urbano n.º 10/86, de 2 de julho de 1986, concedido a Manuel dos Santos Dionísio e Outro, face à proposta de implantação da alteração e ampliação de moradia existente, recair sobre dois lotes distintos (lote n.º 1 e n.º 3) sem que se verifique a prévia alteração ao respetivo alvará de loteamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 2702/08, DATADO DE 10/09/2008 – PC N.º 456/04, DATADO DE 07/06/2004 – ONTIMEPLAS – INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS E TESTES,LDA.

582 - Presente pedido com o registo n.º 2702/08, datado de 10/09/2008 relativo a **construção de um edifício destinado a indústria**, na Rua Nova do Moinho de Cima, Cumeiras, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15.142 e inscrito na matriz predial rústica sob os artigos n.º 10.303 e n.º 491, na freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 456/04, com data de entrada de 07/06/2004, apresentado por **ONTIMEPLAS – INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS E TESTES,LDA.**, com o NIPC 503 812 064, com sede no Apartado 267, Marinha Grande;

Presente notificação n.º 626/14, datada de 9/06/2014 e rececionada pela empresa requerente a 12/06/2014, informando-a do teor da deliberação de Câmara datada de 5/06/2014, na qual se concedeu à requerente, ao abrigo dos artigos 100º e 101º do CPA, 15

dias para referir, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a proposta de **indeferimento**, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, do seu processo, por violar normas constantes no regulamento do PDM da Marinha Grande, nomeadamente o disposto no n.º 10 do artigo 5º e nas alíneas a) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 11º, ao apresentar um índice de construção superior ao máximo permitido, não assegurar a dimensão mínima de parcela e não assegurar uma distância mínima aos limites da parcela de 15,0 m.

Presente informação técnica datada de 11/07/2014 que atesta não ter sido apresentada pela requerente, durante o prazo concedido, qualquer alegação relativa ao projeto de indeferimento que recaiu sobre o seu processo;

A Câmara Municipal delibera:

INDEFERIR, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o processo apresentado por ONTIMEPLAS – INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS E TESTES, LDA., com o NIPC 503 812 064, com sede no Apartado 267, Marinha Grande, referente à construção de um edifício destinado a indústria, a construir na Rua Nova do Moinho de Cima, Cumeiras, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15142 e na matriz predial rústica sob os artigos n.º 10303 e 491, na freguesia e concelho da Marinha Grande, por violar normas constantes no regulamento do PDM da Marinha Grande, nomeadamente o disposto no n.º 10 do artigo 5º e nas alíneas a) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 11º, ao apresentar um índice de construção superior ao máximo permitido, não assegurar a dimensão mínima de parcela e não assegurar uma distância mínima aos limites da parcela de 15,0 m.

Mais deliberou informar que foram concedidos, em sede de audiência prévia, ao abrigo dos artigos 100º e 101º do CPA, 15 dias para referir, por escrito, o que se lhe oferecesse sobre a proposta de indeferimento sem que a requerente tivesse apresentado quaisquer alegações.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N. 970/14, DATADO DE 30/06/2014 – PC N.º 352/12, DATADO DE 22/11/2012 – MARIA AUGUSTA ALVES LOURENÇO GOMES

583 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 970/14, datado de 30/06/2014, apresentado por MARIA AUGUSTA ALVES LOURENÇO GOMES, com o NIF 107410362, residente em Rua dos Carreirinhos, n.º 6, lugar de Comeira, freguesia e concelho de

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício objeto de obras de alteração e ampliação licenciadas no âmbito do processo n.º 352/12.

Presente parecer técnico datado 09/07/2014, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua dos Carreirinhos, n.º 20, lugar de Comeira, freguesia de Marinha Grande, propriedade de MARIA AUGUSTA ALVES LOURENÇO GOMES, com o NIF 107410362, residente em Rua dos Carreirinhos, n.º 6, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz
- 2) Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 988/14, DATADO DE 02/07/2014 – PC N.º 39/14, DATADO DE 07/02/2014 –
ÂNGELO AUGUSTO MADEIRA GASPAR

584 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 988/14, datado de 02/07/2014, apresentado por ANGELO AUGUSTO MADEIRA GASPAR, com o NIF 153833149, residente em Travessa Fernando Alvarez Baridó, n.º 1, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício objeto de obras de alteração licenciadas no âmbito do processo n.º 39/14.

Presente parecer técnico datado 08/07/2014, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito Travessa Fernando Alvarez Baridó, n.º 11, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de ANGELO AUGUSTO MADEIRA GASPAS, com o NIF 153833149, residente em Travessa Fernando Alvarez Baridó, n.º 1, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz
- 2) Membros suplentes
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N. 979/14, DATADO DE 01/07/2014 – PC N.º 123/13, DATADO DE 29/04/2013 – ARMINDO NUNES MESQUITA

585 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 979/14, datado de 01/07/2014, apresentado por ARMINDO NUNES MESQUITA, com o NIF 105307734, residente em Avenida 1.º de Maio, Bairro Mesquita, lugar de Estação, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício objeto de obras de alteração licenciadas no âmbito do processo n.º 123/13.

Presente parecer técnico datado 09/07/2014, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito Rua da Estação, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de ARMINDO NUNES MESQUITA, com o NIF 105307734, residente em Avenida 1.ª de Maio, Bairro Mesquita, lugar de Estação, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz
- 2) **Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - REQ. N. 978/14, DATADO DE 01/07/2014 – PC N.º 241/12, DATADO DE 14/08/2012 – TECNIFREZA-INDÚSTRIA DE MOLDES, S.A

586 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 978/14, datado de 01/07/2014, apresentado por TECNIFREZA-INDÚSTRIA DE MOLDES, S.A., com o NIPC 502151200, com sede em Estrada do Guilherme, Casal da Lebre, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 978/14.

Presente parecer técnico datado 10/07/2014, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Estrada do Guilherme, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de TECNIFREZA-INDÚSTRIA DE MOLDES, S.A.,

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

com o NIPC 502151200, com sede em Estrada do Guilherme, Casal da Lebre, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz
- 2) Membros suplentes
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - REQ. N. 1036/14, DATADO DE 09/07/2014 – PC N.º 49/12, DATADO DE 22/02/2012 – CELESTINO MIGUEL

587 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 979/14, datado de 01/07/2014, apresentado por **CELESTINO MIGUEL**, com o NIF 131278061, residente em Quinta do Cabeço, n.º 292, Leiria, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja objeto de obras de alteração e ampliação licenciadas no âmbito do processo n.º 49/12.

Presente parecer técnico datado 10/07/2014, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito Estrada da Maceira, n.º 37, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de **CELESTINO MIGUEL**, com o NIF 131278061, residente em Quinta do Cabeço, n.º 292, Leiria com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

2) Membros suplentes
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - REQ. N. 1041/14, DATADO DE 10/07/2014 – PC N.º 38/14, DATADO DE 07/02/2014 – CTT CORREIOS DE PORTUGAL, S.A. E PT COMUNICAÇÕES, SA

588 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 979/14, datado de 01/07/2014, apresentado por CTT CORREIOS DE PORTUGAL, S.A., com o NIPC 500077568, com endereço em Avenida D. João III, Lote 01.12.03, Lisboa e PT COMUNICAÇÕES, SA, com o NIPC 504615947, com endereço em Rua de Entrecampos, n.º 28, Lisboa, a solicitar a autorização de utilização para o edifício objeto de obras de alteração licenciada no âmbito do processo n.º 123/13.

Presente parecer técnico datado 10/07/2014, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Avenida Vitor Gallo, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de CTT CORREIOS DE PORTUGAL, S.A., com o NIPC 500077568, com endereço em Avenida D. João III, Lote 01.12.03, Lisboa e PT COMUNICAÇÕES, SA, com o NIPC 504615947, com endereço em Rua de Entrecampos, n.º 28, Lisboa, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz
2) Membros suplentes
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - REQ. N. 898/14, DATADO DE 16/06/2014 – PC N.º 271/2014 , DATADO DE 16/06/2014 – EMPREENDIMENTOS IMOB. CONCEIÇÃO GOMES E FERREIRA, LDA.

589 - Presente parecer da Divisão Jurídica, a propor realização de vistoria aos espaços comuns do loteamento e lotes não edificados, no prédio objeto do alvará de loteamento n.º 04/2002, em nome de EMPREENDIMENTOS IMOB. CONCEIÇÃO GOMES E FERREIRA, LDA., sito no quarteirão definido pela Avenida Aníbal Guedes Coelho, Avenida 1ª de Maio e Rua António Magalhães Júnior, na freguesia e concelho da Marinha Grande, de modo a serem verificadas as condições de segurança, saúde e salubridade que possam existir e de modo a ponderar uma intervenção da Câmara Municipal nesses mesmos espaços, considerando a existência de edificações antigas e em estado de degradação, atendendo à insolvência da empresa que promoveu a operação de loteamento.

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 19/06/2014, pela qual foi determinada a realização de vistoria prévia ao mencionados espaços do prédio em causa, nos termos do previsto no artigo 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, para verificação das condições que possa, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas.

Presente Auto de Vistoria datado de 10/07/2014, referente à vistoria realizada em 09/07/2014, a enquadrar o estado em que se encontram os espaços comuns e lotes sem construções novas erigidas no prédio objeto do alvará de loteamento n.º 04/2002, emitido em nome de EMPREENDIMENTOS IMOB.CONCEICAO GOMES E FERREIRA,LDA..

Após análise do processo, a Câmara delibera determinar a execução dos trabalhos de correção necessários a sanar as deficiências detetadas no prédio objeto do alvará de loteamento n.º 04/2002, em nome de Empreendimentos Imob. Conceição Gomes e Ferreira, Lda., sito no quarteirão definido pela Avenida Aníbal Guedes Coelho, Avenida 1ª de Maio e Rua António Magalhães Júnior, na freguesia e concelho da Marinha Grande, constantes do teor do Auto de Vistoria datado 10/07/2014, concedendo um prazo de 30 dias úteis para que o administrador da insolvência de EMPREENDIMENTOS IMOB.CONCEICAO GOMES E FERREIRA,LDA., Dr. Audemar Margarido de Sampaio Rodrigues Leite, com escritório em Av. Alberto Sampaio, n.º 106, 2.º Dt.º, Viseu, promova a execução dos trabalhos de correção em causa, nos termos do disposto no n.º 2 do art. 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, e pela Lei n.º

28/2010, de 02/09, face às más condições de segurança e de salubridade dos espaços, acarretando sérios riscos para a saúde pública e para a segurança das pessoas e bens, de acordo com o verificado pela Comissão de Vistorias e descritas no mencionado Auto, no qual se manteve a nomenclatura e identificação dos trabalhos já mencionados em autos de vistoria anteriormente elaborados na sequência de vistorias efetuadas ao mesmo espaço, designadamente:

1.- Deficiências nas caixas das infraestruturas existentes na área do empreendimento e zonas envolventes a estas (abatimentos de terras e buracos), bem como nas caixas existentes na sua área envolvente direta, colocando as respetivas tampas em falta e substituindo aquelas que se encontram partidas.

Embora se tenham colocado tampas na maioria dos vãos de infraestruturas da laje de cobertura do estacionamento público, mantém-se um conjunto de buracos por cobrir ou reparar, assim como áreas de terreno envolventes com abatimentos e buracos;

2.- Fecho completo de barracão existente na área nordeste da urbanização.

Continua por executar o fecho dos vãos, evitando a intrusão no barracão, não se tendo igualmente procedido à ação alternativa advogada no Auto anterior, de demolição e limpeza do mesmo.

3.- Fecho completo dos acessos à cave inacabada sob os espaços comuns.

As caixas de escadas e poços de elevador situadas em diversas partes da área em causa continuam devassadas, sem ter sequer quaisquer barras de proteção que impeçam ou previnam a queda de pessoas, havendo indícios de permanência humana na cave. Esta situação, aliada ao facto de se verificar a remoção de painéis metálicos postos na periferia da área, potenciam o grau de periculosidade da área.

4.- Remoção de taipais abandonados.

Detetaram-se alguns taipais metálicos caídos no solo.

5.- Substituição de vidros partidos nos espaços comerciais dos prédios construídos.

Esta situação encontra-se sanada, pelo menos na sua maior parte, mantendo-se a necessidade de vedar alguns vãos de iluminação e ventilação das caves privativas dos edifícios.

6.- Limpeza da área afeta ao empreendimento.

Embora se não tenha registado a existência de madeiras em quantidade significativa na cave comum, mantém-se a necessidade de reparar ou executar condignamente a passagem pedonal entre os lotes 6 e 7.

7.- Limpeza da vegetação que prolifera no empreendimento.

O passar do tempo, desde a última vistoria, fez com que aparecessem novos focos de desenvolvimento de ervas daninhas.

8.- Vedação completa da área correspondente à cave comum, áreas envolventes, áreas dos lotes por edificar e zonas envolventes aos edifícios já construídos.

Nos termos do Auto da vistoria de 30 de outubro de 2013, esta vedação estaria executada. No entanto, verifica-se atualmente o desaparecimento ou remoção de vários painéis metálicos que a compõem, estando a área em causa novamente devassada. Estas brechas na vedação exterior, aliadas à falta de elementos que impeçam o acesso à cave comum, ou que impeçam a queda pelas caixas de escada e pelo poço de elevador da cave, para além da persistência de buracos na laje e abatimentos de terreno na periferia,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

conduzem a uma situação bastante grave ao nível da segurança das pessoas e da salubridade do espaço urbano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - REQ. N. 610/12, DATADO DE 05/04/2012 – PC N.º 892/05, DATADO DE 29/12/2005 – BONA VITA-ALOJAMENTO PRESTAÇÃO CUIDADOS SAÚDE, S.A

590 - Presente pedido de licenciamento de construção de edifício destinado a instalação de uma unidade médica de cuidados paliativos e continuados, a que foi atribuído o número de processo 892/05, incidente sobre um prédio rústico sito no lugar de Várzea, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 13.767, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo numero 9.137, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por **BONA VITA-ALOJAMENTO PRESTAÇÃO CUIDADOS SAÚDE, S.A.**, com o NIPC – Número de Identificação de Pessoa Coletiva 506983960, com sede na Rua 25 de Abril, N.º 25, 2430-314 Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 11/07/2014.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 11/07/2014 que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1- Considerando que a interessada, **BONA VITA-ALOJAMENTO PRESTAÇÃO CUIDADOS SAÚDE, S.A.**, com o NIPC – Número de Identificação de Pessoa Coletiva 506983960, com sede na Rua 25 de Abril, N.º 25, 2430-314 Marinha Grande, foi notificada da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à construção de edifício destinado a instalação de uma unidade médica de cuidados paliativos e continuados, a que foi atribuído o número de processo 892/05, incidente sobre um prédio rústico sito no lugar de Várzea, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 13.767, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo numero 9.137, da referida freguesia de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 15/04/2010, comunicada através do nosso ofício n.º 430/10, de 20/04/2010, rececionado em 23/04/2010;

2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação a interessada tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção ou seja até 23/04/2011 (n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro – RJUE);

3- Considerando que o prazo inicialmente conferido foi automaticamente duplicado, por aplicação do regime excecional regime excecional de extensão do prazo, previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, a pedido do interessado, por mais um ano;

- 4- Considerando que, a pedido do interessado, o prazo para requerer a emissão do alvará foi prorrogado, por mais um ano, por despacho do Presidente da Câmara datado de 09/04/2012, nos termos do n.º 2 do artigo 72.º do mencionado RJUE,
- 5- Considerando que o interessado tinha até ao dia 23/04/2013 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
- 6- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
- 7- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 892/05, para licenciamento de construção de edifício destinado a instalação de uma unidade médica de cuidados paliativos e continuados, incidente sobre um prédio rústico sito no lugar de Várzea, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 13.767, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 9.137, da referida freguesia de Marinha Grande, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar a requerente, BONA VITA-ALOJAMENTO PRESTAÇÃO CUIDADOS SAÚDE, S.A., com o NIPC – Número de Identificação de Pessoa Coletiva 506983960, com sede na Rua 25 de Abril, N.º 25, 2430-314 Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - REQ. N. 1926/11, DATADO DE 20/09/2011 – PC N.º 210/11, DATADO DE 01/06/2011 – EDUARDO TEODÓSIO AMARAL

591 - Presente processo referente ao pedido de **licenciamento de construção de moradia unifamiliar, anexo e muros de vedação** a que foi atribuído o número de processo 210/11, registado em 01/06/2011, incidente sobre um prédio urbano sito na Travessa do Cais, Pedra Ruiva, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2.529 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 4.462, da referida freguesia de Vieira de Leiria, apresentado por **EDUARDO TEODÓSIO AMARAL**, com o NIF 111374766, com residência na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, n.º 44, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, tendo o projeto de arquitetura sido aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 20/06/2012.

Presente informação técnica datada de 2014-07-14, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para apresentação dos projetos de especialidades, nos termos do previsto no n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE.

A Câmara Municipal analisou a referida informação e considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 20/06/2012, foi deferido o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento de construção de moradia unifamiliar, anexo e muros de vedação a que foi atribuído o número de processo 210/11, registado em 01/06/2011, incidente sobre um prédio urbano sito na Travessa do Cais, Pedra Ruiva, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2.529 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo numero 4.462, da referida freguesia de Vieira de Leiria;
- O titular do processo de licenciamento **EDUARDO TEODÓSIO AMARAL**, com o NIF 111374766, com residência na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, n.º 44, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, foi regularmente notificado pelo ofício n.º 550/12, datado de 22/06/2012 e rececionado em 27/06/2012, sobre o deferimento do projeto de arquitetura do pedido de licenciamento formulado;
- O prazo de seis meses a contar da notificação do ato que aprovou o projeto de arquitetura previsto no n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, para que sejam apresentados os projetos de especialidades e outros estudos necessários à execução da obra terminou em 27/12/2012;
- O prazo de suspensão previsto no n.º 6 do mesmo artigo e diploma legal terminou em 27/06/2013.

Delibera, NOTIFICAR o requerente para, nos termos do disposto nos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, em sede de AUDIENCIA PRÉVIA no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer sobre o projeto de declaração de caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento de construção de moradia unifamiliar, anexo e muros de vedação a que foi atribuído o número de processo 210/11, registado em 01/06/2011, incidente sobre um prédio urbano sito na Travessa do Cais, Pedra Ruiva, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2.529 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo numero 4.462, da referida freguesia de Vieira de Leiria, por não terem sido apresentados os projetos das especialidades dentro do prazo de 6 meses previsto no n.º 4 do artigo 20.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro tendo sido ultrapassado o prazo de suspensão do processo, previsto no n.º 6 do mesmo artigo.
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**25 - REQ. N. 307/14, DATADO DE 03/03/2014 – PC N.º 95/13, DATADO DE 12/04/2013 –
VANGEST – ENGENHARIA FINANCEIRA E DE GESTÃO**

592 - Presente requerimento n.º 307/14, datado de 3 de março de 2014, de VANGEST – ENGENHARIA FINANCEIRA E DE GESTÃO, S.A., titular do processo de licenciamento de obras de urbanização destinadas à requalificação alargamento de arruamento, com o n.º 95/13, para o qual foi emitido o alvará de obras de urbanização n.º 1/13, em 20 de maio de 2013, incidente sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 10997, localizado em Cumeiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a receção provisória das obras de urbanização de requalificação e alargamento de arruamento e a redução da caução prestada para garantir a sua boa execução.

Presente informação técnica, datada de 13 de maio de 2014, que recaiu sobre o presente requerimento.

Após análise da pretensão da requerente, VANGEST – ENGENHARIA FINANCEIRA E DE GESTÃO, S.A., titular do processo de licenciamento de obras de urbanização destinadas à requalificação alargamento de arruamento, com o n.º 95/13, para o qual foi emitido o alvará de obras de urbanização n.º 1/13, em 20 de maio de 2013, incidente sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 10997, localizado em Cumeiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a receção provisória e a redução da caução prestada com vista à adequada execução das obras de urbanização de requalificação e alargamento de arruamento e das informações técnicas que se pronunciaram sobre o assunto, a Câmara delibera:

1- Ao abrigo do n.º 10 do artigo 13.º e do n.º 1 do artigo 87.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/ 2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/ 2010, de 2 de setembro – RJUE - RECECIONAR PROVISÓRIAMENTE as infraestruturas realizadas, designadamente arruamento, pavimentação, lancis e passeios, por estes se encontrarem executados de acordo com as telas finais, aprovadas por despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 17 de março de 2014;

2 – MANDAR LIBERTAR, ao abrigo da alínea b) do n.º 4 e do n.º 5 do artigo 54.º do RJEU - 90% do montante da caução relativa às obras de urbanização executadas, prestada através do depósito efetuado a favor da Câmara Municipal, a que respeita a guia de depósito n.º 1/500/10810 de 2013, emitida em 20 de maio de 2013, no montante de 17.154,94€ (dezassete mil, cento e cinquenta e quatro euros e noventa e quatro cêntimos) ficando ainda retidos 1.906,10€ (mil novecentos e seis euros e dez cêntimos) correspondentes ao valor remanescente das componentes rececionadas provisoriamente.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**26 - REQ. N. 764/14, DATADO DE 23/05/2014 – PC N.º 179/14, DATADO DE 23/05/2014 –
F.M.P.S. – FABRICAÇÃO DE MOLDES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LDA.**

593 - Presente pedido, datado de 23-05-2014, apresentado pela sociedade F.M.P.S. – Fabricação de Moldes e Prestação de Serviços, Lda, referente à sujeição da operação urbanística aprovada (licenciamento de edifício destinado a unidade industrial para fabricação de moldes), ao quadro de benefícios previstos no Programa de Apoio ao Investimento Industrial no Concelho da Marinha Grande: 2014, que se dá por reproduzido.

Presente documento do Instituto da Segurança Social, datado de 07/07/2014.

Presente minuta de contrato de apoio ao investimento industrial.

Num momento em que se registam inúmeras dificuldades económicas e sociais e em que, cada vez mais, é importante incentivar a criação de postos de trabalho, não pode a Câmara Municipal da Marinha Grande ficar indiferente à realidade, cabendo-lhe (nas vertentes em que pode intervir) adotar medidas que facilitem e promovam o investimento privado.

O programa de apoio ao investimento industrial visa, no âmbito das atribuições municipais, incentivar os empreendedores a investirem no concelho da Marinha Grande e, simultaneamente, a criarem emprego.

Nestes termos, e apesar do que isso significa em termos de redução de cobertura de outras atividades, é prioritária a implementação do Programa de Apoio ao Investimento Industrial no concelho da Marinha Grande, que concede aos beneficiários a redução ou isenção de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas.

A redução ou isenção de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas dirige-se aos investimentos de natureza industrial e é graduada em função do número de postos de trabalho a criar.

O artigo 119.º, n.º 3, alínea f), do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, concede à Câmara Municipal a competência para deliberar sobre a redução em 50% das taxas devidas pela realização de operações urbanísticas a indústrias que sejam reconhecidas como de especial interesse social e económico.

A gravidade da situação económica nacional é relatada diariamente em todos os meios de comunicação, sucedendo-se os anos de recessão uns atrás dos outros e agravando-se a cada dia a situação das empresas que ainda resistem e consequentemente dos cidadãos, sejam trabalhadores, reformados ou desempregados.

O desemprego assume já um valor de tal modo significativo e atinge um grupo tão elevado de pessoas que não podem deixar de assumir relevo especial todos os investimentos geradores de emprego.

A situação social reflete necessariamente o estado da economia. As dificuldades sentidas pelas famílias são crescentes. O regresso ao mercado de trabalho daqueles que hoje estão no desemprego e o ingresso nesse mercado dos jovens, qualificados ou não, são fundamentais para a paz social.

Adequa-se claramente aos conceitos previstos naquela norma regulamentar a concessão de benefícios, que visam fomentar, na medida do possível, a criação de emprego e o desenvolvimento das atuais indústrias, assim como a instalação de novas unidades.

O especial interesse social e económico das unidades industriais é mensurado diretamente através da criação de postos de trabalho e indiretamente em função do valor global do investimento.

No caso em apreço, a entidade requerente assumiu o compromisso de criar 8 postos de trabalho no concelho da Marinha Grande. Encontra-se, assim, preenchido o pressuposto de aplicação do Programa de Apoio ao Investimento Industrial. Nestes termos, o pedido está

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

enquadrado no patamar que confere 50% de redução das taxas urbanísticas identificadas no anexo que integra a minuta do contrato a celebrar.

A Câmara Municipal delibera, em conformidade com as regras constantes do Programa de Apoio ao Investimento Industrial de 2014 e com o artigo 119.º, n.º 3, alínea f), do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, aprovar a inclusão da operação urbanística licenciada através da deliberação camarária de 23-06-2014, respeitante ao licenciamento de uma unidade industrial, processo de licenciamento n.º 179/14, em nome de F.M.P.S. – Fabricação de Moldes e Prestação de Serviços, Lda, NIPC 505379139, com sede na Rua do Tecelão, n.º 3, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande - no âmbito do citado Programa de Apoio e consequentemente conceder-lhe 50% de redução das taxas urbanísticas, nos exatos termos constantes da minuta de contrato que igualmente aprova, se dá por integralmente reproduzida e fica anexa (Anexo 3).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - ESPAÇOS DO CIDADÃO. PROPOSTA DE PROTOCOLO.

594 - Presente email do Secretário de Estado para a Modernização Administrativa, acompanhado por informação relativa ao modelo de atendimento digital assistido (os espaços do cidadão) e proposta de protocolo a celebrar com a Agência para a Modernização Administrativa.

Presente ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses dirigido ao Primeiro-Ministro, no qual se consideram inaceitáveis os termos da proposta de protocolo.

Considerando que:

- É essencial melhorar a qualidade de atendimento dos serviços prestados pela Administração Central;
- É essencial aproximar os serviços públicos dos cidadãos, em homenagem à opção descentralizadora consagrada na Constituição;
- É essencial que a transferência de serviços da Administração Central para as autarquias locais se concretize, nos termos da Lei, isto é, que seja acompanhada dos meios indispensáveis, designadamente de natureza financeira e logística;

A Câmara Municipal delibera não aceitar as condições constantes da proposta de protocolo apresentada por desrespeito do artigo 115.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, mostrando-se solidária com a ANMP no sentido deste procedimento ser revisto e modificado.

A presente deliberação foi tomada por maioria com seis votos a favor e uma abstenção do Sr. Vereador António Santos.

O Sr. Vereador Paulo Vicente interveio para referir que esta proposta é mais uma forma do Governo se desresponsabilizar e colocar o onus nas Autarquias Locais, como por exemplo, o serviço de marcação de consultas, originando o encerramento de diversos serviços na Administração Central.

Esta opinião é corroborada pela ANMP que está indignada com a proposta do Governo.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu o seguinte:

Sobre os "espaços do cidadão", gostaria que me esclarecessem o seguinte:

- a) Quais os fundamentos porque a Câmara não tenciona aderir ao projeto?*
- b) Entendo que a transferência de competências deve cumprir o Art 115º da lei 75 e ser acompanhada de meios. A mesma lei também diz que não deve haver aumento da despesa global. Então se ninguém tem despesa (nem a Câmara nem o governo) como se faz? Não seria mais benéfico entender isto como um investimento, com auxílio aos munícipes e não uma despesa?*
- c) Se precisamos de serviços de proximidade aos cidadãos porque não devemos aderir?*
- d) Se há uma perspectiva de que o quadro comunitário vá financiar cerca de 1000 espaços destes porque não vamos na linha da frente e se adere?*
- e) Estão contabilizados os custos desta transferência? O mail do secretário de estado diz que o encargo mensal estimado é de 117 €. Sugere a instalação no GAM.*

De seguida proferiu a seguinte declaração de voto:

"É importante o "espaço do cidadão", sobretudo na melhoria do atendimento digital e as consequências dos serviços de proximidade para os cidadãos. Evitaria que os marinhenses se tivessem de deslocar para fora do concelho para alguns serviços públicos. Isto não é apenas na sede do nosso concelho mas também nas freguesias, onde poderíamos implantar nas juntas um "espaço do cidadão". Seria uma enorme mais valias para os vieirenses e moitenses que evitariam de ter de vir à Marinha tratar de alguns assuntos.

As autarquias e o governo deviam fazer um esforço de entendimento para melhorarem as condições do cidadão e por isso entendo que devíamos negociar, encontrar uma plataforma de entendimento para aprovar uma proposta diferente desta.

Este projeto se está a ser discutido entre o governo e a ANMP, então não devia ter sido discutido entre o governo e a nossa autarquia, pois entendemos que a nossa associação nos representa.

Voto favoravelmente que não se aceite o protocolo tal como está, mas devemos deixar claro que pretendemos este serviço após a melhoria desta proposta."

O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

"A sua posição, até pelos antepassados nas transferências de outras competências, levam a que fique de pé atrás. A municipalização que o Governo pretende, de desresponsabilização daquilo que são as suas competências e transferências das mesmas para a Autarquias

locais, sem disponibilização dos meios necessários mostra aquilo que é sua perspetiva de “sacudir a água do capote”.

É contra a proposta e não tem a ver com o facto de ser apresentada por este Governo mas porque vem na senda de outras propostas, onde persiste subjacente a ideia de transferência de um conjunto imenso de competências com a disponibilização de somente um recurso humano.

O IMT tem cerca de uma dúzia de trabalhadores e demora cerca de um ano a renovar uma carta de condução, agora querem estas e muitas outras competências a serem desenvolvidas por apenas um trabalhador.

Até a própria ANMP e a grande parte do PSD é contra esta medida. Por estes factos, sou visceralmente contra a proposta porque não vem resolver qualquer problema.”

A Sr.ª Vereadora Maria João Gomes proferiu a seguinte declaração de voto:

“A proposta não contempla verbas para adaptação das instalações, manutenção, energia e limpeza. Por uma questão de princípio, devemos pensar que se não formos nós a aderir a estes serviços serão outros e a beneficiar das medidas.

Partir de situações em que estamos liminarmente contra, sem negociação, estamos a pensar de forma irreversível. Temos de atuar de forma a mantermo-nos no mapa. Assim, vai acontecer com o Tribunal, que até esteve prevista uma seção comercial numa outra versão da proposta. Questiona se a CMMG teve conhecimento de algum mapa provisório, onde esta seção esteve prevista.

Não será bom rejeitarmos liminarmente, temos de salvaguardar a negociação de diversas situações:

- N.º suficiente de trabalhadores;*
- Migração de trabalhadores e os salários a pagar pela entidades que não o município;*
- Não migrarem serviços que atualmente já funcionam bem.*

No entanto, colocarmo-nos fora da possibilidade de criar serviços de proximidade é mau.

Proponho que se altere a deliberação para que o Município se manifeste disponível para negociar outras condições que não sejam prejudiciais.”

O Sr. Vereador António Santos proferiu a seguinte declaração de voto:

“Cada vez mais torna-se premente melhorar formal e substancialmente a qualidade de atendimento dos serviços prestados, quer pela Administração Central ou local.

A Administração deve ter sempre presente, como paradigma, a proximidade, celeridade, eficiência e eficácia, entre os centros de decisão, quer elas sejam de natureza administrativa, política ou jurídica e os utentes que pretendem respostas no mais curto espaço de tempo.

Este novo modelo de atendimento digital assistido (os Espaços do Cidadão) e proposta de protocolo a celebrar com a Agência para a Modernização Administrativa (AMA), deve ser

considerada uma prioridade por parte da nossa Edilidade, indo ao encontro daquilo que os cidadãos munícipes há muito tempo anseiam.

Considerando que:

- É essencial melhorar a qualidade de atendimento dos serviços prestados pela Administração Central e Local;

- É essencial aproximar os serviços públicos dos cidadãos, em homenagem à opção descentralizadora consagrada na Constituição;

- É essencial que a transferência de serviços da Administração Central para as autarquias locais se concretize, nos termos da Lei, no mais curto espaço de tempo, devendo esta Autarquia, em nossa opinião, aproveitar esta grande oportunidade, tal como outras já o fizeram ou o estão a fazer com grande sucesso, regozijo e aceitação por parte dos munícipes locais.

O Espaço do Cidadão é um local onde os cidadãos podem aceder aos serviços digitais disponibilizados pela Administração Central;

A interação dos cidadãos com a Administração, cada vez mais, deve ser feita preferencialmente por meios digitais de forma a reduzir tempos de espera e custos de contexto e de forma a aumentar também a eficiência e produtividade dos funcionários da Administração.

O Espaço do Cidadão deve ser, assim, uma rede de atendimento aos cidadãos e munícipes que terá por base a constituição de uma parceria entre a Administração Central e a nossa Autarquia Local para a prestação de serviços online, assistidas por funcionários qualificados: os mediadores de atendimento digital.

A formação dos mediadores de atendimento, a Instalação dos Espaços do Cidadão, o modelo de gestão do espaço do Cidadão, fica sobre a responsabilidade da AMA (Agência para a Modernização Administrativa)

Compete à entidade parceira (a nossa Autarquia local):

- Disponibilizar locais adequados para a Instalação de Espaços do Cidadão;

- Gerir esses mesmos espaços, em articulação e de acordo com os procedimentos definidos pela AMA;

- Divulgar a existência dos Espaços do Cidadão;

- Garantir a manutenção dos equipamentos instalados pela AMA em estreita articulação com o "Service Desk" desta;

- Garantir o apoio de "Help Desk" em estreita colaboração com o Service Desk da AMA;

- Disponibilizar recursos humanos adequados para desempenhar as funções de mediador de atendimento digital, após formação e credenciação adequada;

Neste contexto, não estamos de todo de acordo com a proposta do executivo por afirmar que esta inovação (Espaço do Cidadão) deve ser acompanhada dos meios indispensáveis, designadamente de natureza financeira e logística

Quanto à questão financeira para a instalação do Espaço do Cidadão é suportada pela AMA, tal como toda a logística;

A autarquia apenas vai suportar com custos de manutenção e expediente cerca de 1500€/anuais;

Quanto aos espaços é o que não falta no nosso concelho sendo uma oportunidade a dar às construções que se fizeram, sem visão futura e estratégica, servindo apenas e tão só, no momento, para gastar dinheiro dos nossos municípios e angariar votos pré eleições;

Quanto aos recursos humanos basta copiar o que outros concelhos fizeram ou que estão a fazer, com grande sucesso, protocolos com Instituições Públicas Estaduais de modo a serem deslocalizados funcionários competentes para o Espaço do Cidadão, designadamente das Conservatórias, Notários, Finanças, entre outros;

Assim haja vontade, porque, quando há vontade há sempre um meio para atingir o objetivo, quando não a há, há sempre uma desculpa.

É tempo de colocarmos de lado as desculpas...

Contudo, porque ainda, neste momento, não estão reunidas todas as condições para o sucesso cabal desta iniciativa, que apoiamos na sua essencialidade, abstermo-nos, até que haja uma maior clarificação, quanto ao seu objetivo e conteúdo, quer numa perspetiva formal e material."

O Sr. Vereador Paulo Vicente voltou a intervir para reiterar a questão da falta de pessoal. Não respondemos atempadamente às situações que nos são colocadas porque não temos recursos humanos suficientes.

Está explanado no documento da ANMP que as condições são inaceitáveis, sem que as condições das transferências sejam devidamente negociadas.

Deve ser a ANMP a negociar as condições, estou de acordo que os serviços estejam próximos dos cidadãos, mas têm de existir condições para o efeito.

O Município não pode ficar na condição de dar a cara perante a incompetência dos serviços da Administração Central.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho referiu que é importante a questão de facto, prestar um serviço ao cidadão, mas não é o que está em causa, estamos perante uma proposta que não reúne as condições. Não lhe parece mal que se altere a deliberação para incluir que estamos recetivos a negociar outras condições.

Concluiu afirmando que é a favor dos serviços de proximidade à população mas entende que a proposta apresentada pelo Governo não vem acompanhada pelos meios humanos e financeiros necessários à sua boa implementação.

O Sr. Vereador Vítor Pereira referiu que está de acordo com a Vereadora Alexandra mas o que foi proposto à CMMG não foi uma proposta, é uma questão de aceitar ou rejeitar. Será que a proximidade dos serviços trará resolução dos problemas com eficácia? Até na questão da tecnologia, por ex. telecomunicações, vemos que existem operadores que recebem os questões mas não as resolvem. Há proximidade mas não há resolução. O princípio é ótimo, não está em causa. Está de acordo com a Vereadora Alexandra, coloca-se uma vírgula e acrescenta-se a faculdade de negociar com a ANMP.

O Sr. Presidente respondeu, sobre a questão do Tribunal suscitada pela Vereadora Maria João, que a CMMG foi ouvida no sentido de disponibilizar instalações provisórias enquanto decorriam as obras no Tribunal, manifestou-se disponibilidade para ceder as antigas instalações da Assembleia Municipal ou parte do edifício do Atrium.

Acrescentou que a proposta de transferência desses serviços, nestes termos, com estas condições, não é a forma de resolvermos o problema das respostas mais céleres aos cidadãos. Pelo contrário, é uma forma de responsabilizar o Município pela falta de resposta na resolução de situações que não são da nossa responsabilidade.

A ANMP não nos aconselha porque foi uma marcha atrás do que estava projetado. O Presidente da Câmara é contra, nas condições propostas. Também acha estranho que a proposta contemple a abertura de 1000 espaços quando são 308 municípios!
Concorda com a introdução da alteração na conclusão da proposta de deliberação.

28 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – E.N. 535, SENTIDO CASAL GALEGO-CASAL DOS CLAROS - REQUERENTE: EDGAR NETO MOLEIRINHO – MANDATÁRIO: DR. VITOR HUGO – PROPOSTA DE INDEFERIMENTO - AUDIÊNCIA PRÉVIA.

595 - Presente requerimento apresentado em 02-04-2014, nesta Câmara Municipal, subscrito por Edgar Neto Moleirinho e pelo seu mandatário, Dr. Vitor Hugo, tendo como objetivo o ressarcimento do valor dos prejuízos sofridos na sua viatura automóvel, no valor de 793,50€, ocorridos no dia 10 de Fevereiro p.p., pelas 08H30, quando circulava na Estrada entre Casal Galego, desta cidade e Casal dos Claros, de Leiria, sentido Marinha Grande/Leiria, e passou por cima de um buraco existente na faixa de rodagem, junto à berma direita. Refere ter danificado os dois pneus do lado direito da viatura.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

Presente Informação jurídica n.º 1/934/2014-FO, de 26-06-2014, na qual se apreciam os factos invocados e as provas produzidas, e se conclui que pela não verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual (das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública) designadamente o pressuposto da existência de facto ilícito imputável ao município e o pressuposto da culpa, porquanto não foram violados os seus deveres de cuidado na vigilância e sinalização dos perigos decorrentes do mau estado do pavimento na via de circulação onde ocorreu o sinistro.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º 1/934/2014 - FO, que fica anexa (Anexo 1) à presente ata e que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera notificar o mandatário do lesado, Dr. Vítor Hugo, com domicílio profissional na Av.ª Vítor Gallo, n.º 166B, Lote 20 – 1.ª Frente, desta cidade, do presente projecto de decisão final de indeferimento do pedido, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação, para dizer por escrito, o que se lhe oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 100.º e 101.º do CPA-Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

"Voto favoravelmente a proposta de indeferimento, conforme informação dos serviços. No entanto, tendo em conta que a Câmara detetou a anomalia na estrada em 8 de Janeiro e apenas o reparou em 21 de Abril, sugiro que a Câmara tenha cuidado em tapar estes buracos com celeridade, evitando deste modo processos deste tipo."

29 - PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO N.º 36/CO/2014 – PROCESSO INSTAURADO E INSTRUÍDO PELA ASAE-AUTORIDADE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ECONÓMICA N.º NUICO: 001303/11.4.EACBR – ARGUIDA: GUIDA MARIA LUIS DIONISIO CUNHA – EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA SANCIONATÓRIA – DECISÃO FINAL

596 - Presente o processo de contraordenação n.º 36/CO/2014, com origem no processo instaurado e instruído pela ASAE-Autoridade de Segurança Alimentar e Económica sob o n.º NUICO: 001303/11.4.EACBR, no qual é arguida Guida Maria Luis Dionisio Cunha, residente na Rua Dr. Nicolau Bettencourt, n.º 39, S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, recebido nesta Câmara Municipal em 08-05-2014, para efeitos de decisão final.

A Câmara Municipal, no uso da competência que lhe é conferida pelo art.º 70.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de Setembro, profere contra GUIDA MARIA LUIS DIONISIO CUNHA, a DECISÃO FINAL (art.º 54.º n.º 2 e art.º 58.º, ambos do D.L. n.º 433/82, de 27/10, na redação do D.L. n.º 244/95, de 14/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 109/01, de 24/12), que aqui se dá para todos os efeitos legais como integralmente reproduzida e que fica apensa à ata (Anexo 2).

Assim, ponderadas a gravidade da infração, a culpa da arguida, a sua situação económica e o benefício económico retirado da prática da contraordenação nos termos do art.º 18.º do D.L. n.º 433/82, de 27/10, na redação dada pelo D.L. n.º 244/95, de 14/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 109/01, de 24/12, fixa-se a coima de Euros: 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) condenando-se a arguida no seu pagamento.

Nos termos do previsto nos artigos 92.º n.ºs 2 e 3 e 94.º n.º 2 alínea b) e n.º 3, ambos do RGCO e ainda dos artigos 3.º n.º 1 e 5.º n.ºs. 1 e 2, do Regulamento das Custas Processuais, conjugado com o art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 323/2009, de 24 de Dezembro e por remissão expressa do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de Fevereiro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 181/2008, de 28 de Agosto (aplicado por força do art.º 92.º n.º 1 do citado RGCO), **fica ainda a arguida condenada ao pagamento das custas do processo, no valor de 52,50€ (cinquenta e dois euros e cinquenta cêntimos)**, podendo, querendo, impugná-las nos termos do previsto no art.º 95.º do RGCO, no prazo de 10 dias a contar do conhecimento da presente decisão.

De harmonia com o disposto no art.º 58.º n.º 2 e 3 do D.L. n.º 433/82, de 27/10, na redação do D.L. n.º 244/95, de 14/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 109/01, de 24/12, faz-se também saber que:

- a) Esta condenação torna-se definitiva e exequível se não for judicialmente impugnada, nos termos do art.º 59.º dos diplomas acima mencionados, no prazo de 20 dias após o seu conhecimento. No caso de impugnação, o recurso poderá ser interposto pela arguida ou pela sua defensora. O recurso é feito por escrito e apresentado à Autoridade Administrativa que aplicou a coima, devendo constar de alegações e conclusões.
- b) Em caso de impugnação judicial, o Tribunal pode decidir mediante audiência ou, caso a arguida e o Ministério Público não se oponham, mediante simples despacho.
- c) Na falta de tal impugnação, deverá a arguida proceder ao pagamento da coima e custas acima indicadas, no prazo de 10 dias após o terminus do prazo referido na antecedente alínea a) (carácter definitivo ou trânsito em julgado da presente decisão).
Para efetuar o pagamento, deverá dirigir-se à Tesouraria desta Câmara Municipal.
- d) No caso de lhe ser impossível efetuar o pagamento dentro do prazo indicado, deverá esse facto ser comunicado, por escrito, devidamente fundamentado, comprovado e com a devida antecedência.

Cumpra-se o disposto nos artigos 46.º e 47.º, ambos do D.L. n.º 433/82, de 27 de Outubro, na redação do D.L. n.º 244/95, de 14/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 109/01, de 24/12.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - RECEÇÃO PROVISÓRIA FINAL

597 - Presente Auto de Receção Provisória Final da obra “Requalificação do Património Stephens – Casa da Cultura - Concurso Público nº. 06/10”, adjudicada por deliberação de Câmara Municipal, vinte e cinco de novembro de dois mil e dez, à empresa “Habitâmega - Construções, S.A.”.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber provisoriamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 395º. do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

598 - A Associação de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para evento a realizar nos dias 9 e 10 de agosto de 2014;
- Licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado para o evento;

A Fábrica da Igreja Paroquial de Vieira de Leiria – Capela da Praia da Vieira, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização Festejos populares em honra de S. Pedro e Nª Srª dos Navegantes nos dias 15, 16 e 17 de agosto de 2014;
- Licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado para o evento;
- Autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal

A Sociedade Instrutiva e Recreativa 1º de Dezembro, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído, para realização dos festejos anuais nos dias 25, 26 e 27 de julho de 2014;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

- Licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado para o evento;
- Licença para colocação de publicidade alusiva ao evento.

A Fábrica da Igreja Paroquial de Vieira de Leiria – Capela do Pilado, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização de tasquinhas nos dias 22, 23 e 24 de agosto de 2014;
- Licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado para o evento;
- Autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal;
- Licença para colocação de publicidade alusiva ao evento.

O Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença para colocação de publicidade alusiva aos festejos anuais a realizar nos dias 1,2 e 3 de agosto de 2014.

Presentes informações nºs 51/AF, 52/AF, 53/AF, 54/AF e 55/AF de 14 de julho de 2014, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Associação de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, a Fábrica da Igreja Paroquial de Vieira de Leiria – Capela da Praia da Vieira, a Sociedade Instrutiva e Recreativa 1.º de Dezembro, a Fábrica da Igreja Paroquial de Vieira de Leiria – Capela do Pilado e o Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças de ruído, da licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado, autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal e das licenças para colocação de publicidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

32 - ENCERRAMENTO DE CONTA BANCÁRIA COM O N.º 0018/36604951001 DO BANCO SANTANDER TOTTA

599 - Considerando que o Município da Marinha Grande possui aberta a conta bancária com o NIB 001800003660495100132 do Banco Santander Totta.

Considerando que a referida conta não possui movimentos na presente data pois esta era utilizada na sequência da contratação de um empréstimo a longo prazo, já totalmente amortizado, pelo que não se justifica a sua manutenção, de modo que a autarquia não incorra em despesas de manutenção.

Considerando que nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro “(...) *A abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro em quem ele delegue (...)*”; subentendendo-se que o seu encerramento esteja sujeito à mesma condição.

Face ao exposto a Câmara Municipal delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro, na sua redação atual autorizar o encerramento da conta bancária n.º 0000.36604951001 do Banco Santander Totta.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO PARA O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE”

600 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo

Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo se aplica às autarquias locais.

No que respeita à redução remuneratória, considerando que o n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, preceitua que “(...) *O disposto no art.º 33.º é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2013 (...)*”.

Considerando o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014, em que o mesmo decide no ponto III, alínea a), “*Declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13º da*

Constituição da República Portuguesa, das normas do artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro”, entende-se que os contratos de aquisição de serviços não estão sujeitos a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, que não se aplica na presente data atenta a declaração de inconstitucionalidade decidida pelo Tribunal Constitucional no seu acórdão n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014.

Presente a requisição interna n.º 14555/2014 e informação I/1018/2014, ambas da DAM – Divisão de Administração e Modernização – Área de Recursos Humanos, nas quais se manifesta a necessidade de contratação da **“Prestação de Serviços na Área de Segurança, Higiene e Saúde no trabalho para o Município da Marinha Grande”**, para o período previsto de 1 de setembro de 2014 a 31 de agosto de 2017, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na realização de serviços na área de segurança, higiene e saúde no trabalho, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e considerando ainda que o serviço tem de ser prestado por entidade certificada para o exercício objeto do contrato a celebrar.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 11/07/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o concurso público de acordo com o disposto nos artigos 16º n.º 1, alínea b) e 20.º n.º 1, alínea b) ambos do Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação actual.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017 para a contratação da *“Prestação de Serviços na Área de Segurança, Higiene e Saúde no trabalho para o Município da Marinha Grande”*, na classificação orgânica/económica 03/020220, ação do PAM 2014/A/43, tendo sido emitido o cabimento n.º 1721/2014.

Considerando que o preço base a aplicar é de 29.925,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este foi calculado atento o preço unitário do contratado vigente no ano de 2013 para o mesmo serviço.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de Serviços na Área de Segurança, Higiene e Saúde no trabalho para o Município da Marinha Grande”*, para o período previsto de 1 de setembro de 2014 a 31 de agosto de 2017.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**34 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO
º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE
ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE “RECOLHA DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO E SUA ENTREGA PARA
TRATAMENTO EM OPERADOR CERTIFICADO”**

601 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao

art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo se aplica às autarquias locais.

No que respeita à redução remuneratória, considerando que o n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, preceitua que *“(…) O disposto no art.º 33.º é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2013 (...)”*.

Considerando o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014, em que o mesmo decide no ponto III, alínea a), *“Declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13º da Constituição da República Portuguesa, das normas do artigo 33º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro”*, entende-se que os contratos de aquisição de serviços não estão sujeitos a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, que não se aplica na presente data atenta a declaração de inconstitucionalidade decidida pelo Tribunal Constitucional no seu acórdão n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014 e considerando ainda o facto de até à presente data não ter existido qualquer contrato, com idêntico objecto e ou contraparte, celebrado no ano de 2013.

Presente a requisição interna n.º 14327/2014 e informação CJM-27.2014, ambas da DOT - Divisão de Ordenamento do Território, nas quais se manifesta a necessidade de contratação

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

da prestação de serviços de *“Recolha de resíduos de construção e demolição e sua entrega para tratamento em operador certificado”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na realização de serviços de recolha de resíduos de construção e demolição e sua entrega para tratamento em operador certificado, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que este pedido de verificação n.º 6188 foi submetido a 11/07/2014, e que até à presente data o INA ainda não pugnou por informar da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que a DOT propõe o convite à empresa WATERBETLIS - BETONILHAS DO LIS, LDA e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo, e que se encontra inscrito em Orçamento da Despesa de 2014 a dotação para a assunção de despesa para a contratação da prestação de serviços de *“Recolha de resíduos de construção e demolição e sua entrega para tratamento em operador certificado”*, na classificação orgânica/económica 0103/020220, tendo sido emitido o cabimento n.º 1771/2014.

Considerando que o preço base a aplicar é de 31.710,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a contratação da prestação de serviços de *“Recolha de resíduos de construção e demolição e sua entrega para tratamento em operador certificado”*, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos

n.º 4 e n.º 5 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da prestação de serviços de *“Recolha de resíduos de construção e demolição e sua entrega para tratamento em operador certificado”*.

A presente deliberação produz efeitos no dia útil seguinte à receção da resposta do INA ao pedido de verificação n.º 6188 remetido pela autarquia e desde que esta entidade informe da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objeto do parecer prévio emitido por esta deliberação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE JUNHO DE 2014, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 73.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014.

602 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal tomada na sua reunião de 23/01/2014, para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo 73.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, foi deliberado emitir parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de prestação de serviços desde que se verificassem cumulativamente as seguintes condições:

- Se trate de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, sendo que a obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial só será passível de aplicação com a publicação da Portaria a que alude o n.º 2 do art.º 33.º-A da Lei n.º 53/2006 de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- a existência de cabimento orçamental;
- a adjudicação ocorra nos termos do disposto no artigo 128.º do Código dos Contratos Públicos, Regime Simplificado, ou seja, para todas as aquisições de serviços cujo preço contratual não seja superior a 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA);
- o cumprimento da aplicação da redução remuneratória, atento o disposto no n.º 1, do artigo 73.º, da Lei n.º 83-B/2013, de 31 de dezembro, sempre que aplicável;
- não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA) a contratar com a mesma contraparte.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

Considerando que foi deliberado que a lista dos contratos celebrados deveria ser apresentada em reunião camarária para efeitos da sua apreciação e tomada de conhecimento.

Atento o exposto, remete-se em anexo a lista dos contratos de prestação de serviços celebrados no mês de junho de 2014 que foram objeto de parecer prévio genérico em reunião camarária de 23/01/2014, com efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2014.

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento da relação dos serviços adjudicados no mês de junho de 2014 atenta deliberação camarária tomada na sua reunião de 23/01/2014, com efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2014, pela qual se concedeu parecer prévio genérico à celebração de contratos de prestação de serviços cujo procedimento de contratação pública adotado seja o ajuste direto simplificado preceituado no n.º 1, do art. 128.º, do Código dos Contratos Públicos.

36 - REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE AO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO CORRESPONDENTE AO N.º 24, SITO NA RUA ANTÓNIO LOPES, CAMARNAL – ROSA MARIA FERREIRA DIAS - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

603 - Presente informação n.º 957 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 1 de julho do corrente ano, referente à necessidade de reapreciação do valor da renda da habitação social, sita na morada em epígrafe.

Considerando que, o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que, ficou demonstrada a alteração de rendimentos da família em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda pode ser reajustada a todo o tempo, em função da alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e, ainda com o n.º 2 do artigo 26.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

Sociais do Município da Marinha Grande, proceder à reapreciação da renda de habitação social, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

Rua António Lopes:

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENDA/14 (JUL)	RENDA/14 (SET.)
Rosa Maria Ferreira Dias	24	11/05/2014	214,86€	107,13€

Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 107,13€ (cento e sete euros e treze cêntimos), calculada nos termos do Decreto-Lei, n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir de 1 de setembro de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

37 - CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA – HORÁCIO RIBEIRO FREITAS MARQUES – ARRENDATÁRIO DA HABITAÇÃO SITA NA RUA ANTÓNIO LOPES N.º 12, CAMARNAL.

604 - Presente requerimento de inquilino residente na morada em epígrafe, com o n.º de registo 5413, datado de 2 de julho do corrente ano, a solicitar o pagamento em prestações de uma dívida relativa a rendas em atraso.

Presente informação n.º 992 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 3 de julho do corrente ano, a propor o pagamento da dívida no valor total de 243,30€ (duzentos e quarenta e três euros e trinta cêntimos), em 12 prestações mensais, sempre acrescidas do valor de uma renda atual, para entrada em vigor a partir já do próximo mês de agosto.

Considerando que, o agregado familiar em causa não reúne condições económicas que lhe permitam liquidar integralmente o montante em causa;

Considerando a intenção em liquidar a dívida que existe para com o Município da Marinha Grande, no valor de 243,30€ (duzentos e quarenta e três euros e trinta cêntimos);

Considerando a proposta apresentada para pagamento da dívida, em 12 prestações mensais, no valor unitário de 20,28€ (vinte euros e vinte e oito cêntimos), acrescido sempre do valor da renda atual;

Considerando por último, a alínea b) do n.º 1 do artigo 32.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande em

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

vigor, que determina que: *“em caso de mora ou na impossibilidade de pagamento da renda, nos termos e prazos fixados, deve o arrendatário informar a Câmara Municipal sobre quais os motivos pelos quais a obrigação não está a ser cumprida, propondo um acordo de regularização de dívida”*.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea b) do n.º 1 do artigo 32.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande concordar com o pagamento da dívida, no valor de 243,30€ (duzentos e quarenta e três euros e trinta centavos) em 12 prestações mensais, no valor unitário de 20,28€ (vinte euros e vinte e oito centavos), acrescido do valor da renda corrente, com efeitos a partir de agosto/2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

38 - ATRIBUIÇÃO DE FOGOS SOCIAIS AOS CANDIDATOS ADMITIDOS, NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL E RESPECTIVO CÁLCULO DAS RENDAS A APLICAR.

605 - Presente informação n.º 1013 da D.C.D., datada de 8 de julho de 2014, referente à necessidade de se dar continuidade ao realojamento de mais alguns candidatos admitidos no âmbito do procedimento concursal para atribuição de habitações sociais.

Considerando que, nos termos do previsto no artigo 19.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização e das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, a afetação das habitações deve ser efetuada pela ordem constante da lista e, de acordo com as habitações disponíveis e adequadas a cada um dos agregados.

Considerando que, de acordo com informação prestada pela DISU, as habitações sociais em causa já se encontram em condições de serem atribuídas;

Considerando que, a composição dos agregados familiares contemplados nesta fase se adequa às tipologias habitacionais a atribuir;

Considerando que, os candidatos admitidos e convocados nesta fase, todos eles sem exceção aceitaram as habitações que lhes foram propostas,

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 1 e 2 do artigo 7.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, atribuir para arrendamento as habitações sociais abaixo indicadas aos seguintes candidatos:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

1 – Rua António Lopes

MORADOR	N.º POLÍCIA	TIPOLOGIA	RENDA A APLICAR	NIF
Rui Paulo Duarte Fragata	58	T3	4,85€	112873936

2 - Rua Adriano M. Nobre

MORADOR	N.º POLÍCIA	TIPOLOGIA	RENDA A APLICAR	NIF
Dora de Jesus da Silva Marques	30	T3	4,85€	224266764

3 – Rua Professor Melo Vieira

BLOCO	MORADOR	FOGO	TIPOLOGIA	RENDA A APLICAR	NIF
9	Vera Patrícia N. Ferreira	T3	T2	4,85€	234293152

4 – Rua Júlio Braga Barros

BLOCO	MORADOR	FOGO	TIPOLOGIA	RENDA A APLICAR	NIF
3	Marco Paulo F. Salvado	2.º C	T2	20,73€	222460741

Mais delibera que, os valores de renda indicados anteriormente e, calculados nos termos do Decreto-Lei, n.º 166/93, de 7 de maio, entrem em vigor a partir do próximo mês de agosto do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

39 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA CULTURAL

606 - Considerando que, o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013;

Considerando que, nos termos da deliberação de Câmara datada de 16 de abril do corrente ano, foi aprovada a admissão das candidaturas, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que, as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que os municípios têm atribuições no domínio da cultura, conforme o disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que compete aos municípios o apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos, de acordo com a alínea o) n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que, compete aos municípios apoiar atividades de natureza, social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, de acordo com a alínea u) n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que, a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Considerando que, as entidades a seguir indicadas cumprem os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera ainda atribuir o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
SINDICATO TRABALHADORES INDÚSTRIA VIDREIRA	COMEMORAÇÕES 18 DE JANEIRO	501082832	5.000,00€	A/129/2014

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar a minuta de contrato-programa a celebrar com as entidades beneficiárias, que se dão por reproduzidas, e que contém previsão específica que assegure o cumprimento do disposto no artigo 22.º do Regulamento municipal.

Esta deliberação foi tomada por 6 votos a favor e uma abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Como já tive oportunidade de me expressar por diversas vezes, quando se trata de atribuição de subsídios, a prática que o Município tem seguido na atribuição de subsídios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, não é clara, nem transparente. Estes processos vêm a reunião de Câmara sem uma informação justificativa, sem se perceber os motivos que fundamentam as atribuições de apoios e os critérios de racionalidade que supostamente deveriam estar na base da apreciação e justificariam a diferenciação dos montantes do apoio às associações/instituições.

Não é claro quantas entidades concorreram, porque não foram apoiadas, quais os eventuais critérios de exclusão do apoio, etc...

A Câmara exigiu às entidades que apresentassem o planeamento das actividades em Setembro de 2013. Não informou que actividades eram apoiadas e com que montante. O apoio ao STIV – Sindicato Trabalhadores da Indústria Vidreira, aqui considerado teve a ver com as comemorações do 18 de Janeiro, ou seja há 6 meses atras. Como é possível organizar um evento sem saber que apoio irá receber, ou com quanto. O valor de 5.000,00 € considerado tem a ver com o relatório de despesas apresentado?

Atribuído neste contexto e neste timing, isto não é um apoio financeiro, mas sim uma prestação de serviços e devia ser neste pressuposto que deveria ter sido analisado.

Continuamos a considerar que a prioridade neste trabalho passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações/instituições numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns meses sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento e sem se tomar em consideração as recomendações dos auditores às contas, quanto à necessidade de “rever o processo de atribuição de subsídios...”

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo e ao terceiro sector. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários. Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos. Por outro lado não decidimos em tempo razoável para que as entidades saibam antecipadamente com que apoio poderão contar antes da realização da actividade ou evento.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

O Sr. Vereador Vítor Pereira reiterou a declaração de voto proferida em reunião anterior, com o seguinte teor:

"Votei favoravelmente por entender que o processo de atribuição de subsídios, embora com lacunas que estamos a tentar resolver da forma mais célere (embora essa celeridade esteja a ser afetada), por uma auscultação que estamos a fazer às diversas instituições. Essa auscultação visa ouvir os interessados e visa igualmente a elaboração de um projeto de regulamento com maior rigor e objetividade.

Relativamente aos subsídios hoje atribuídos importa sublinhar que não estão presentes todos aqueles que iremos atribuir porque algumas associações se encontram ainda em falta na entrega dos documentos legalmente exigíveis.

No que concerne aos valores atribuídos a cada associação, os valores em causa partem de ponderações objetivas consignadas na apreciação das candidaturas oportunamente trazidas a este executivo mas também em decisões que nos cabem enquanto gestores dos montantes que deverão ser atribuídos. Atribuir montantes por uma qualquer regra aritmética não é viável, nem em qualquer organismo público nem em qualquer outra atividade privada. Gerir é o contrário da aplicação cega de regulamentos. Poderíamos ser levados ao absurdo de gerir uma qualquer entidade única e exclusivamente através de regulamentos e ponderações aritméticas. Não é esse o nosso entendimento e não nos afastamos nunca da nossa responsabilidade de decisão."

40 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia dezasseis de julho de dois mil e catorze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **"Total de Disponibilidades": 5.972.629,38 €** (cinco milhões, novecentos e setenta e dois mil, seiscentos e vinte e nove euros e trinta e oito cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

607 - De acordo com o previsto no art.º 19º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

41. HOMOLOGAÇÃO DA CONTA RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2012

42. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

43. CANDIDATURAS DE APOIO OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA DESPORTO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

41 – HOMOLOGAÇÃO DA CONTA RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2012

Presente ofício nº 10974, datado de 15-07-2014, remetido pelo Tribunal de Contas e recebido na Câmara Municipal da Marinha Grande a 16-07-2014.

A Câmara Municipal, atenta a comunicação do Tribunal de Contas relativa à “Homologação da Conta relativa ao exercício de 2012”, delibera tomar conhecimento das recomendações constantes na mesma.

42 – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

608 - O Corpo Nacional Escutas – Agrupamento de Escuteiros 1076-Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal para realização da procissão da festa em honra de Nossa Senhora dos Milagres nos dias 1 e 3 de agosto 2014;

A Biblioteca de Instrução Popular, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Licença especial de ruído para realização da festa anual do rancho nos dias 19 e 20 de julho de 2014;
-Licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado para o evento;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

Presentes informações nºs 56/AF e 57/AF de 17 de julho de 2014, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar o Corpo Nacional Escutas – Agrupamento de Escuteiros 1076-Vieira de Leiria e a Biblioteca de Instrução Popular, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças de ruído, da licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado, autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

43 – CANDIDATURAS DE APOIO OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA DESPORTO

609 - Considerando que, o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013;

Considerando que, nos termos da deliberação de Câmara datada de 16 de abril do corrente ano, foi aprovada a admissão das candidaturas, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que, as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que os municípios têm atribuições no domínio da cultura, conforme o disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que compete aos municípios o apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos, de acordo com a alínea o) n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que, compete aos municípios apoiar atividades de natureza, social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, de acordo com a alínea u) n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que, a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Considerando que, a entidade a seguir indicada cumprem os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera ainda atribuir o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO 1.º DE MAIO	Torneio de Andebol de Praia	501056467	1.750€	A/152/2014

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar a minuta de contrato-programa a celebrar com as entidades beneficiárias, que se dão por reproduzidas, e que contém previsão

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

específica que assegure o cumprimento do disposto no artigo 22.º do Regulamento municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

610 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13:17 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Lina Fernanda Vieira Frazão, Chefe da Divisão de Administração e Modernização, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião